UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

O IDEÁRIO REPUBLICANO E AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM MONTES CLAROS (1916-1918)

Diamantina

2017

João Paulo da Silva Andrade

O IDEÁRIO REPUBLICANO E AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM MONTES CLAROS (1916-1918)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Profª Drª Ana Cristina Pereira Lage

Diamantina

2017

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

A553i Andrade, João Paulo da Silva
O ideário republicano e as instruções escolares em Montes Claros (1916-1918). – Diamantina, 2017.
99 p. : il.

Orientador: Ana Cristina Pereira Lage

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1. Educação escolar. 2. Primeira República no Brasil. 3. Montes Claros. 4. Imprensa. I. Título. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 371.98151

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOÃO PAULO DA SILVA ANDRADE

O IDEÁRIO REPUBLICANO E AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM MONTES CLAROS (1916-1918)

Dissertação apresentada ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS - STRICTO SENSU, nível de MESTRADO como parte dos requisitos para obtenção do título de MAGISTER SCIENTIAE EM CIÊNCIAS HUMANAS

Orientador : Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Pereira Lage

Data da aprovação : 15/02/2017

Prof.ª Dr.ª LUCIANA LOPES DOS SANTOS - FIH - UFVJM

Prof.Dr. DAVIDSON AFONSO DE RAMOS - UFVJM

Prof.ª Dr.ª ANA CRISTINA PEREIRA LAGE - UFVJM

DIAMANTINA

Dedico este trabalho aos meus pais e minha irmã, esta conquista é nossa. A Dona Iracélia Cordeiro Moreira (*In Memoriam*), que me ensinou tanto a entregar tudo nas mãos de Maria. A Dona Luzia Ribeiro, professora de História dos tempos da escola, nela espelho o meu trabalho docente. Aos meus amados alunos, por eles quero sempre ser melhor.

AGRADECIMENTOS

Toda esta pesquisa não seria possível sem os apoios que tive ao longo deste período de estudos, foram muitos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse lograr êxito neste caminho de muita luta.

Agradeço à Deus fonte de toda sabedoria que me inspirou este sonho de fazer o curso de Mestrado, e me sustentou e capacitou para que eu pudesse alcançar tal objetivo.

À minha família, nas pessoas dos meus pais Antonio Madson de Andrade, Roseane da Silva Andrade e minha irmã Luíza Gabriela da Silva Andrade, pelo apoio constante, compreensão das ausências e por terem me proporcionado não só as condições materiais de fazer este curso, mas todo o carinho que a mim sempre dedicaram, nas pessoas de vocês agradeço a todos os meus familiares.

À professora Ana Cristina Pereira Lage, minha orientadora, sem a qual certamente seria impossível a conclusão desta pesquisa. Agradeço de coração toda compreensão, paciência, dedicação e profissionalismo que teve comigo neste período que estivemos juntos. Creio que em uma perspectiva racional o curso convergiu para que esta orientação acontecesse, e só foi possível graças a sua dedicação e disponibilidade, gratidão é pouco diante de tudo isso, só posso rogar que Deus que lhe conceda tudo aquilo que necessitar em sua vida.

Também não posso deixar de agradecer à professora Elisa Campos Borges, minha primeira orientadora, por ter aceitado desenvolver um trabalho cheio de arestas a serem aparadas, e que se dedicou imensamente em me cobrar e me fez não desistir quando eu achava que tudo estava perdido, que aguentou as minhas ausências e como excelente profissional sempre me dedicou toda atenção, muito obrigado.

À professora e hoje amiga Rejane Rodrigues que me inspirou o tema, disponibilizou-me as fontes, e me acompanhou em todo este processo.

Ao Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas (MPICH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), nas pessoas dos professores do programa que me mostraram e incentivaram a desvelar a gama gigantesca de conhecimento e sensibilidade que devo ter como professor. Ao professor Davidson Ramos,

Coordenador do MPICH, membro da minha banca de avaliação, também aos professores suplentes da Banca de Avaliação, Rogério Pereira de Arruda e Luciana Lopes dos Santos.

Aos colegas de curso por todo companheirismo, em especial aos colegas Sanmil e Marcos Vinícius que me acompanharam mais de perto; bem como a Joiciele Rezende Costa, amiga fiel de todas as horas, de todos os riscos da estrada, das partilhas, das dificuldades e elogios, das viagens dos eventos que tanto nos ensinaram. Aprendi com vocês que as amizades construídas são as melhores que podemos ter.

À amiga e professora Ana Paula Carvalho Otoni, agradeço em especial por toda dedicação em corrigir esta pesquisa, em muitas vezes me ajudar na escrita, pela exortações, ensinamentos e carinho.

Aos tantos amigos, grande riqueza, Ana Paula Guedes, Anne Caroline Carneiro, César Ribeiro, Danúbia Fernandes, Denise Lima, Jáder Chaves, Janaína Rocha, Jason Bacchi, Lêda Rosa, Luciana Vieira, Marinelha Oliveira, Ramony Batista, Robert Starling, Rodrigo Costa e Virgílio Thiago, agradeço por toda paciência, e por me escutarem em todas partilhas, e acalentar as angústias do meu coração. É impossível agradecer a tantos amigos, mas esses representam a todos a minha gratidão.

Aos colegas de trabalho da Universidade Aberta do Brasil – UAB/ Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e das Escolas Estaduais João de Freitas Neto, Clóvis Salgado e Antonio Figueira.

Nada te perturbe, Nada te espante,
Tudo passa, Deus não muda,
A paciência tudo alcança;
Quem a Deus tem, Nada lhe falta:
Só Deus basta.

(Santa Tereza D'Ávila)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender como as instituições escolares da cidade de Montes Claros (MG) representaram um importante instrumento mantenedor do *Status Quo* do Estado Brasileiro na Primeira República (1889-1930). O marco temporal é o período de 1916 a 1918, e justifica-se pelas fontes utilizadas e que tratam de assuntos referentes à Escola Normal Norte Mineira e ao Grupo Escolar Gonçalves Chaves. Objetiva-se conceituar e interpretar a história da educação na cidade de Montes Claros, na busca compreender os sujeitos envolvidos nos processos históricos para a constituição das sociedades, bem como as suas práticas e adequações aos moldes do novo Estado Republicano Brasileiro. Justifica-se a relevância da referida pesquisa devido ao enriquecimento das discussões acerca do período trabalhado e das contribuições para a história local.

Palavras-Chave: Educação Escolar – Primeira República no Brasil – Montes Claros - Imprensa

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how school institutions of the town of Montes Claros (MG) represented an important instrument maintaining the *Status Quo* of Brazilian State in First Republic (1889-1930). The time frame is the period from 1916 to 1918, and it is justified by the sources used and approaches matters related to the Escola Normal Norte Mineira and Grupo Escolar Gonçalves Chaves. It aims to conceptualize and interpret History under the bias of Cultural History, which seeks to understand the subjects involved in the historical processes for the constitution of societies, as well as their practices and adjustments to the molds of the new Republican Brazilian State. The relevance of this research is justified due to the enrichment of the discussions about the period worked and the contributions to the local history.

Key Words: School Education - First Republic in Brazil - Montes Claros - School Culture - Press

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Prédio do Grupo Escolar Gonçalves Chaves..... 63

LISTA DE SIGLAS

MPICH – Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 – PRIMEIRA REPÚBLICA E EDUCAÇÃO 26

1.1- Política, sociedade e educação 26

1.2- Primeira República e os modos de civilizar 33

1.3 – Informação e Educação na cidade de Montes Claros no início do século XX 39

2 – CULTURA ESCOLAR, ENTRE TEORIAS E NOTÍCIAS 48

2.1 – A construção histórica a partir de uma interpretação sócio-cultural 49

2.2 – Cultura escolar – Construção e desconstrução da cultura do cotidiano 50

2.3 – A escolarização enquanto instrumento normatizador da educação e a vida na cidade de Montes Claros 56

3 – EDUCAÇÃO ESCOLAR E IMPRENSA EM MONTES CLAROS 66

3.1 – A Escola Normal Norte Mineira e sua influência na sociedade de Montes Claros 66

3.2 – O Grupo Escolar Gonçalves Chaves e sua representatividade social em Montes Claros..... 73

3.3 – A escola se abre para a sociedade – As festas escolares das instituições educacionais em Montes Claros 77

CONSIDERAÇÕES FINAIS 84

REFERÊNCIAS 87

ANEXOS 98

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, temáticas relacionadas à educação, influências e interferências culturais no âmbito educacional e relação estabelecida entre Estado e sociedade pautam debates e a produção de conhecimento no cenário das teorias da História da educação, ou por assim dizer, histórias da educação, resguardadas suas devidas especificidades.

Embora as diferentes sociedades passem por constantes metamorfoses, no sentido *lato* do termo, e a ideia de transformação alcance desdobramentos nos espaços políticos, ideológicos, comportamentais, religiosos e socioculturais em cada época, é notória a presença do controle estatal, bem como de suas dinâmicas de manutenção do *status quo*, utilizando-se, para este fim, da tríade família-escola-igreja – os quais entende-se como aparelhos ideológicos do Estado. Embora se mencionem, sucintamente, a presença da família e da religião na sociedade, esta pesquisa ater-se-á, aos meandros educacionais utilizados pelo Estado para legitimar-se e regulamentar os modos de vida em um determinado espaço: a cidade norte mineira de Montes Claros.

Determinado o período de 1916 a 1918[1], inserido no contexto da Primeira República no Brasil (1889 – 1930), e o recorte espacial abordado - Montes Claros[2], cidade ao Norte do Estado de Minas Gerais, na região do semiárido mineiro - não distinta das outras cidades do Brasil, passou pelas mudanças provocadas pelo processo de transição do Governo Imperial ao Governo Republicano.

Segundo Rodrigues (2011, p. 18-19), O processo histórico de formação da cidade de Montes Claros, [...] nos revela que essa tem origens nas práticas campestres, e que a sua constituição se deu em torno da Fazenda Montes Claros, tendo sido elevada a sesmaria pelo alvará de 1707. Antônio Gonçalves Figueira obteve do Estado, uma légua por três de comprimento, onde fundou a fazenda de Montes Claros. Nesse local, construiu uma Igreja para veneração da imagem de Nossa Senhora e ao redor ergueu casas, para os vaqueiros e agregados da fazenda. A partir daí surge o povoamento com a construção de residências e casas comerciais, o que elevou a fazenda a arraial, vila e depois cidade. A criação de gado era, até então, a principal atividade econômica. [...] Em três de julho de 1857, sob a Lei n. 802, a Vila passou à condição de cidade de Montes Claros. Ainda, a partir das concepções de Porto

---

[1] Determinamos este recorte temporal pela razão do acesso às fontes. Edições do Jornal "Montes Claros", disponibilizado do acervo particular da professora Rejane Meireles Amaral Rodrigues em outubro de 2013.

[2] **Ver localização geográfica de Montes Claros – Anexo 01**

(2007, p. 15). A história política de Montes Claros foi pautada, durante boa parte de sua existência como comunidade política, pelo predomínio de um grupo restrito de famílias que acabam por controlar os principais postos de comando da política local. [...] Os proprietários de terra, juntamente com os médicos, bacharéis e outros profissionais liberais, serão personagens nessa trajetória inscrita num quadro e que o número relativamente pequena de famílias, ligas em sua maioria à propriedade de terra, é presença permanente no comando da política municipal.

A partir desse tema foram desenvolvidas discussões que possam ampliar o debate a respeito da educação escolar sob a ótica da imprensa buscando compreender como essa foi utilizada como instrumento de construção política e influiu na vida da sociedade. Para este conhecimento acerca das instituições educacionais utilizam-se dados das fontes referentes à Escola Normal Norte Mineira, e ao Grupo Escolar Gonçalves Chaves.

Segundo Durães (2003, p. 308), A Escola Normal, passa a se chamar Norte Mineira no período de funcionamento de 1915 a 1918, porém a fundação da Escola data de 1879, como Escola Normal de Montes Claros, com funcionamento até 1905; reabre em 1915 como Escola Normal Norte Mineira e é fechada em 1918, novamente é reaberta de 1928 a 1930 como Escola Normal Oficial de Montes Claros; a partir de 1949, reabre com o mesmo nome e posteriormente passa a ser reconhecida como Colégio Escola Normal Oficial Prof. Plínio Ribeiro-CENO; em 1968, como Colégio Estadual Prof. Plínio Ribeiro; e, finalmente, a partir de 1973, Escola Estadual Prof. Plínio Ribeiro de 1º e 2º graus. Pode-se afirmar que a Escola Normal Norte Mineira no recorte temporal da pesquisa era particular, de acordo com Brito (2006, p. 153) [...] As raríssimas escolas que existiam eram particulares. Já o Grupo Escolar, segundo Faria Filho (2000, p. 31), reinventava a instrução pública, o autor afirma que "[...] a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para 'organizar' o ensino, mas, principalmente, como forma de 'reinventar' a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade". Segundo Durães e Freitas (2011, p. 3), o Grupo Escolar de Montes Claros é criado em 1909, e logo após passa a se chamar Grupo Escolar Gonçalves Chaves. Teve o seu funcionamento ininterrupto até os dias atuais, com nome de Escola Estadual Gonçalves Chaves.

Esta dissertação propõe conhecer o projeto de educação da Primeira República ao analisar e identificar as possíveis aproximações e distanciamentos correlacionados à educação montesclarense e que eram informados pela imprensa. São organizadas as informações das colunas dos jornais que tratam a respeito do Grupo Escolar Gonçalves Chaves e da Escola Normal Norte Mineira, e busca-se discutir como se davam as relações de normatização

escolar propostas pelo Estado. Pretende-se refletir a respeito da escolarização como formadora das práticas sociais a partir dos conceitos de civilidade e modernidade da Primeira República no Brasil. Por fim, objetiva-se contemplar as construções e interpretações históricas, além do diálogo com os mais diversos autores, que refletem o conhecimento sobre a educação escolar na cidade.

Entende-se a imprensa como um meio de comunicação e difusão de informações não só para a população letrada, mas também o seu uso como instrumento político. Conforme René Rémond questiona (2003, p. 15): *"*Os meios de comunicação, como dissemos, não são políticos, mas podem se tornar objeto ou veículo da política: em que condições?" Assim, nessa pesquisa, afere-se que a política pôde utilizar-se da imprensa como meio de comunicação e veiculação dos seus pressupostos. O autor ainda afirma que, utilizando-se de tais meios, "[...] o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado." Para tal entendimento a imprensa configura-se a fonte para a dita compreensão.

O método de pesquisa apresentado para o desenvolvimento do tema perpassa a pesquisa histórica ligada à imprensa no Brasil e em particular Montes Claros, compreende-se então a partir das considerações de Luca In: Pinsky (2005) que a história que se delinea nessa pesquisa é feita através da imprensa, utilizando essa última para fonte de pesquisa e relacionando-a ao seu desenvolvimento. Para que se possa compreender o processo da educação escolar montesclarense, recorre-se às fontes jornalísticas no período de 1916 a 1918, utilizando do Jornal Montes Claros, em seu período de circulação semanal, sempre às quintas-feiras dos anos citados, e que em sua estrutura trazia colunas que se referiam ao Grupo Escolar Gonçalves Chaves e a Escola Normal Norte Mineira da cidade[3]. Em alguns casos, o Jornal também fazia alusão a outras instituições tanto públicas quanto particulares que tinham o papel de educar, nessa cidade. Do ano de 1916 tem 11 jornais digitalizados, de 1917 são 13, e de 1918 são 4 jornais. Nesses jornais, destacam-se também as chamadas "datas comemorativas", fotos, textos memorialísticos e entrevistas dos habitantes mais "ilustres" da cidade. Um assunto pertinente ao estudo aqui desenvolvido é quando se refere à população de baixa renda, geralmente pouco era citada nos jornais, no caso da escolarização, foi percebida somente em 2 jornais a presença do falar a respeito de escolas periféricas da cidade.

[3] Por exemplo: O Jornal Montes Claros de 10 de maio de 1917, faz referência ao colégio religioso Imaculada Conceição, descrevendo existência e atuação do mesmo. O Jornal Montes Claros de 09 de dezembro de 1917 noticia os exames das escolas femininas e masculinas do bairro Malhada, porém sem muitos detalhes.

Assim, é utilizada a pesquisa através da imprensa como metodologia para atender aos objetivos que se elencam, faz-se o recorte da mesma no cunho da História Social segundo apontamentos de Cruz e Peixoto (2007, p. 268), dentro do processo de movimento que conceitua a transposição do social através do "popular" e da "cultura", assim propõe-se conhecer o projeto de educação da primeira república; analisando e identificando as possíveis aproximações e distanciamentos correlacionados à educação montesclarense que eram informados pela imprensa; organiza-se uma reflexão das informações das colunas dos jornais que tratam a respeito do Grupo Escolar Gonçalves Chaves e da Escola Normal Norte Mineira, discute-se como se davam as relações de normatização, propostas pelo Estado; refleti-se a respeito da escolarização como formadora das práticas sociais no conceito de civilidade/modernidade da Primeira República no Brasil, busca-se contemplar as construções e interpretações históricas, além do diálogo com os mais diversos autores, que refletem o conhecimento sobre a educação escolar na cidade.

Para delinear a história de Montes Claros autores que também pesquisaram a respeito da localidade, Gy Reis Gomes de Brito (2006) com a obra *Montes Claros: da construção ao progresso (1917-1926)*, onde aborda as questões relativas ao progresso na cidade Montes Claros, com a chegada da linha férrea, que na interpretação do autor, possibilitou a integração da cidade às questões ligadas a unidade nacional na Primeira República. Outro autor consultado foi Cesar Henrique de Queiroz Porto (2007) e sua obra: *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político Norte-mineiro durante a primeira república*, na qual apresenta as questões ligadas à presença na política coronelística na cidade de Montes Claros no período mencionado, bem com as suas influências na vida da população. Rejane Meireles Amaral Rodrigues (2011) pontua em sua obra *Memórias em disputa: Transformando modos de vida no sertão*, a dicotomia entre a cidade e o sertão, o atraso e a modernidade representada pela República no início do século XX, e como o projeto de nação civilizada influenciava e alterava os modos de vida da sociedade em questão. Por fim, Geisa Magela Veloso (2008), em sua tese de doutorado, intitulada *A missão "desanalfabetizadora" do jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros (1918-1938)*, na qual faz uma análise do empenho do jornal Gazeta do Norte em difundir uma cultura letrada à população de Montes Claros. Em todas as obras acima mencionadas os autores utilizam da imprensa local enquanto fonte de pesquisa. Também foram utilizados os autores Hermes Augusto de Paula, com a obra Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes e Urbino de Souza Vianna com a obra Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descriptivos, que desenvolveram suas trabalhos a respeito de Montes Claros e sua história.

Nessa pesquisa busca-se conceber o processo pelo qual a Educação Escolar cumpre a função de educar o cidadão na Primeira República, e como essa contribui para a manutenção do *status quo* do Estado Republicano no período. É necessário ressaltar os conceitos trabalhados nessa pesquisa no sentido de definir Educação e Instrução, considerados como conceitos próximos, porém que possuem pontuais distinções. Ao tratar sobre educação, Brandão (2007), define que a mesma se constitui em um processo que tanto pode ser livre ou enquadrado em uma centralização de poder.

> A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos soc.iais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. A educação ajuda a pensar tipos de homens, mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar uns para os outros o saber que o constitui e legitima. Produz o conjunto de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades. (BRANDÃO, 2007, p, 10-11)

É possível notar então que o conceito abordado, passa pela inserção em um sistema de controle da vida dos homens, da divisão dos bens, dos trabalhos, direitos e símbolos. Segundo Carvalho (1990), o processo de constituição na Nação Republicana estava ligado à premissa de que era necessário direcionar os cidadãos da República a um sentido de pertencimento a mesma e, para isso, o Estado lançava mão de símbolos, tais como a bandeira nacional, o hino nacional, os heróis como Tiradentes, o culto à pátria, com a finalidade de que as pessoas tivessem um sentimento comum de Nação e de história coletiva.

Ainda segundo Brandão (2007), a educação tem o papel de produzir crenças, ideais, qualificações que promovam a constituição de bens e poderes que constroem as sociedades.

Já o ato de instruir significa não só a adequação a moldes escolares, mas ainda de observar e modificar a vida do homem como um todo por meio da escolarização.

> Instrução, como manifestação concreta do ensino, é uma ação didática que desenvolve o intelecto e a criatividade dos seres humanos com conhecimentos e habilidades que os prepara para desenvolver atividades sócio-culturais. [...] A Educação se centra na formação do ser humano, especificamente na construção da personalidade, enquanto o Ensino reflete o processo de otimização da aprendizagem (aprendência), a qual ajuda

> na formação do ser humano, mas não o define. Já a Instrução é uma forma de manifestar-se o ensino, onde se focaliza os aspectos de conhecimentos e saberes da realidade objetiva e subjetiva, que complementam o treinamento e a formação qualificada. (LUAIZA: 2009, p. 2)

O que se vê na Primeira República, é que há um esforço maior pelo ato de instruir, uma vez que a questão não era só manter os alunos nas escolas, mas de certa maneira irradiar o conhecimento e a cultura construída na escola para a vida da sociedade. Ainda segundo Luiaza (2009), a instrução é uma das manifestações do ensino que visa completar o treinamento de uma forma qualificada.

De acordo com Ana Maria Magaldi e Alessandra Schueler (2008), a educação pública não alcança grandes êxitos no início da República e o que se observa é uma reprodução de muitas desigualdades de acesso às escolas que permanece desde o Império. A instrução pública a partir da Constituição Republicana de 1891 passou a ser gratuita e oferecida pelo Estado, mas não chegou a todas as classes, pois a oferta de espaço escolares ainda era insuficiente. O que é prevalecia em várias regiões do país era a instrução particular. Ao verificar o sistema educacional proposto no Brasil no início do século XX, percebe-se que esse buscava um sentido de unidade e de uma homogeneização da sociedade. Porém na prática, se afastava da legislação vigente, uma vez que essa propunha atingir um maior número de pessoas, pois nesta época tem-se a educação ainda voltada às elites e de difícil acesso das classes menos favorecidas.

Desta forma, à medida que se propõe pensar a educação norte-mineira, mais precisamente em Montes Claros, vê-se que a obra de Brito (2006), concorda com a presente pesquisa.

> Em Montes Claros o que podemos perceber foi que a maioria da população não teve acesso aos educandários, pois as raríssimas escolas que existiam eram particulares e os preços das mensalidades eram exorbitantes para a época, deixando assim uma leva considerável de filhos de trabalhadores rurais e urbanos à margem deste benefício. (BRITO: 2006, p. 153)

Tais considerações apontadas por Brito (2006) corroboram com as hipóteses da presente pesquisa. Percebe-se a existência de uma educação voltada às elites, a distinção de educandos oriundos de famílias de trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, que

permaneciam em posicionamento distante da educação escolar. Desta maneira, nem todos os que deveriam, estavam contemplados pela escola, e desta forma não se adequariam às prerrogativas nacionais, não se constituindo como cidadãos plenos, e em consequência fora do alcance do projeto de unidade nacional, onde o mesmo cita que a Escola Normal "Norte Mineira" era uma instituição particular.

No decorrer da construção de conhecimentos acerca da pesquisa observa-se que a imprensa é um meio importante para a difusão de informações sobre as sociedades em diversos tempos históricos e como elas se estruturam, bem como o seu uso como fonte histórica. Dessa maneira são analisadas nos jornais as informações que trazem acerca das instituições educacionais em Montes Claros-MG, dos anos de 1916 a 1918. A imprensa aqui é considerada como um *"*objeto de veículo da política" Rémond (2003). Maria Helena Capelato (1998) considera que:

> Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como força política. [...] Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. (CAPELATO: 1998, p. 13-15)

Para a autora, a imprensa se comporta como forma e imposição de força política, assim compreende-se que os múltiplos fins das produções tem o objetivo comum de atrair adeptos à sua causa, que em consequência, legitimam influência sobre os mesmos. Os jornais dizem das situações do cotidiano da população e nelas estão contidas as questões políticas, demarcados conflitos, bem como tem-se a percepção que estes meios divulgavam as ideias de dominação das elites sobre as classes menos favorecidas e a educação também era utilizada para atender este fim.

A educação escolar, nessa premissa, constitui um dos principais meios para que a ideia de civilidade no período da Primeira República no Brasil seja algo que passe pela constituição de um projeto de cidadania, que legitime uma unidade e identidade coletiva, como aponta José Murilo de Carvalho (1990):

> No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. [...] A busca de uma identidade

> coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República. (CARVALHO: 1990, p. 32)

A imprensa em Montes Claros, não se distingue nessa ideia, ao que é proposto como projeto de civilidade, uma vez que busca divulgar os ideais hegemônicos de nação, os quais serão analisados nos apontamentos relacionados à educação escolar contidos nas fontes.

Por meio da análise documental da imprensa em Montes Claros compreende-se que o jornal Montes Claros expressava a disputa política partidária que existia no período da Primeira República. Várias matérias demonstravam o conflito político e social que margeava as relações, no período aqui delimitado. Porto (2003, p. 109), afirma que o Jornal Montes Claros tinha a missão de formar o ideal do "Apóstolo da Caridade Sertaneja", personificado pela figura do médico João Alves, que foi agente executivo e presidente da Câmara Municipal. Segundo o autor, as notícias veiculadas sempre exaltavam a imagem do médico, pai de família, agente de transformação da sociedade, levando o cunho político aos mais diversos meios sociais, como a presença em eventos nas escolas; favorecendo assim a aceitação e legitimidade do poder do grupo que naquele momento controlava a administração local. Porém, o jornal apresenta ainda duras críticas à facção rival, materializada pelo grupo de coronéis ligados a Camilo Prates, culminando muitas vezes com episódios de muita violência e tiroteios, que chegaram a vitimar algumas pessoas. Ainda segundo o autor, na compreensão da Primeira República no Brasil, a imprensa é utilizada como aparelho ideológico de constituição do sentido de civilidade e unidade nacional.

É importante salientar que um dos principais incentivadores da educação local foi o jornal Montes Claros, uma vez que esse apresenta diversas matérias publicadas sobre o assunto. Um assunto a ser destacado foi a circulação de uma coluna intitulada "Escola Normal", a qual deu grande visibilidade à estadualização da Escola Normal no ano de 1917:

> Havendo a lei nº 560, de 12 de setembro de 1911 criado cinco escolas normais regionais no Estado, nasceu desde então no espírito progressista do povo de Montes Claros a justa e louvável aspiração de possuir a Escola Normal do Norte, pelo direito que dê entre todas assiste a esta cidade, por ser das cidades norte-mineiras a que está em melhores condições de corresponder ao sacrifico, por satisfazer de uma maneira excepcional os fins a que se destina um estabelecimento dessa natureza.
>
> Situada em um dos pontos mais centrais da Zona norte-mineira, dotada de excelentes condições de vida, possuindo um clima salubre e ameno, é a cidade de Montes Claros bastante confortável, offerecendo aos paes de família, das cidades

> circumvizinhas relativa facilidade pra a manutenção, em condições mais econômicas do que em qualquer cidade do Norte, de seus filhos, que mandarem pra o estudo.[4]

Quando a imprensa é citada, entende-se esta como meio de comunicação e difusão de informações não só para a população letrada, mas também o seu uso como instrumento político. Corrobora-se com a concepção de René Rémond (2003, p. 15), quando levanta o questionamento: *"*Os meios de comunicação, como dissemos, não são políticos, mas podem se tornar objeto ou veículo da política: em que condições?" Assim, aferi-se que a política pôde utilizar-se da imprensa como meio de comunicação e veiculação dos seus pressupostos. O autor ainda afirma que, utilizando-se de tais meios, "[...] o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado." Para tal entendimento a imprensa configura-se a fonte para a dita compreensão. Dos possíveis aportes teóricos possíveis destaca-se dentro de uma interpretação cultural a interpretação da Cultura Escolar fomentada por Dominic Julia (2001), onde esse determina que a Cultura Escolar se define pelos resultados dos processos compreendidos no ambiente escolar, e não é também uma interpretação cristalizada dos fatos. A Cultura Escolar é então um constante movimento que forma os sujeitos culturalmente percebendo a presença da cultura familiar, da rua e da escola. Nesse sentido também tem-se o cotidiano formando os sujeitos de uma sociedade, na teoria de De Certeau (1998), esse Cotidiano representa o "corte mais tradicional" de uma sociedade e dele resulta uma cultura popular, resultando dos comportamentos e sistemas existentes ou construídos por uma instituição, no caso a escola.

Existe uma frequência de matérias que divulgam a legislação de criação de escolas, bem como as características e demandas regionais para implantação das mesmas, outras matérias destacam os eventos, festas, bem como as suas práticas pedagógicas. Também é possível observar que se destacam os informes sobre os trabalhos manuais das alunas, com a intenção de apresentar "moças prendadas" para os afazeres domésticos, a ideia de educação feminina, daquela época, preparava as meninas para o lar, e não para o trabalho: "Dois dias depois, a 1º do corrente, occupando dois vastos e confortáveis salões do edifício da Escola, à Praça. "Doutor Carlos", abriu-se a exposição de costuras, trabalhos e desenhos executados durante o anno lectivo pelas alumnas e alumnos" [5].

---

[4] Jornal Montes Claros, 6 de setembro de 1917, p, 1. Escolhemos fazer a transcrição dos jornais, assim como estão escritos na linguagem da época.

[5] Jornal Montes Claros, 9 de dezembro de 1917. Arquivo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

A imprensa tornava-se um exemplo de prestação de serviço e informes à sociedade. Várias outras matérias elaboradas pela própria redação do jornal, levam a questionar a escola, a educação escolar, em como a cidade era pensada, e que tipo de educação e informações a imprensa tentava construir.

Ao pensar a imprensa brasileira nas primeiras décadas do século XX, pressupõe-se desvelar como a mesma divulgava pressupostos dos ideais de civilização republicana, no tocante a Montes Claros. Aferi-se que tal fonte de informação também tinha como objetivo levar a uma parcela letrada da população o acesso às mais variadas informações, tanto locais como de cunho nacional, pois percebe-se que não eram veiculadas somente notícias locais, mas de circulação nacional com a finalidade de informar aos interessados.

A forma de utilização da imprensa em Montes Claros é característica de uma política conservadora, que mantém determinados grupos no poder e legitima a regularidade relativa ao Estado-Nação com relação à vida das pessoas e observa-se que a escola é um dos meios mais eficazes para de efetivar tais conceitos.

Ao refletir a respeito da delimitação da região norte de Minas Gerais, e sua perspectiva em relação à Nação, recorre-se ao "projeto de modernização" apontado por Rodrigues (2011):

> Percebo que aí surgem comissões para debater assuntos relevantes, que abrangiam os problemas, mas que, ao mesmo tempo, apontava **um projeto de modernização do Norte**. **Educação como salvação do atraso**, ocupação e exploração do solo – agricultura, estímulo à mecanização da agricultura, contagem da população, evidenciando, em números, uma prática mais transparente em relação à cobrança e à aplicação de impostos. (RODRIGUES: 2011, p. 67) **[grifos meus]**

O atraso montesclarense que Rodrigues aborda se justifica pelo conflito existente nos ideais de modernidade e atraso presentes na época por meio da dicotomia cidade e sertão, sendo assim, a salvação do atraso (sertão), seria a educação que se constituía enquanto elemento para se implementar o ideal republicano e fortalecer a cidade.

O historiador Rogério Arruda (2011), desenvolve considerações a respeito desse projeto de modernidade presente na primeira República, ao analisar em sua obra as cidades de La Plata na Argentina e de Belo Horizonte no Brasil. O autor explica que o que se deu no

Brasil com a construção da nova capital de Minas Gerais, ainda no final do século XIX, representou uma expressão de modernidade e sintonia com as conquistas de uma sociedade capitalista, seu poderio econômico e crescimento populacional. Esse sentido de urbanidade representava bem o mundo moderno que todo país deveria se inserir. Arruda (2011), ainda pontua que:

> Para muitos destes autores, a modernidade foi um processo de transformação histórico desencadeado na passagem entre os séculos XVI e XVII. Seu apogeu teria sido alcançado no século XIX e início do XX. No estudo da modernidade, devemos a Berman a ênfase na relação dialética entre o modernismo — movimento de transformação que englobaria a arte, a cultura e a sensibilidade — e a modernização — processo de mudança nas esferas econômica, política e social. Ou seja, acreditamos que para o autor existiria uma interdependência entre o material e o espiritual na vida moderna. A Weber devemos a caracterização da modernidade como sendo um processo de racionalização que se iniciou no Ocidente no final do século XVIII e atingiu diversas esferas da sociedade, promovendo o que o autor define como *desencantamento do mundo.* (ARRUDA: 2011 , p. 28)

A modernidade ou o modernismo, e a sua relação dialética com a sociedade, não se dá apenas no âmbito da urbanidade, mas engloba a arte, a cultura, a sensibilidade, ou seja, amplia a sua influência aos mais diversos aspectos da vida humana. Essa modernidade também é apontada por Arruda (2011, p. 28), pautado na análise de Max Weber, como um processo de racionalização do Ocidente, que promove um "desencantamento do mundo", ao se separar a interdependência apontada anteriormente entre o material e o espiritual.

Segundo Arruda (2011, p. 29), o que prevalece no Brasil é uma "modernização conservadora", explicando-a como uma forma de diversos setores da sociedade terem limitado a sua participação e ficarem de fora do processo de modernização econômica. Como o mesmo afirma: "É a chamada transformação pelo alto que prioritariamente assegura os interesses dos grupos que dominam o Estado".

Ao buscar compreender a correção da imprensa com o discurso da modernidade é possível verificar as questões trabalhadas por Rodrigues (2011):

> Assim sendo, tudo o que a imprensa estivesse associada seria considerado moderno, ou seja, para a maioria dos pesquisadores que trabalham com este período as inovações tecnológicas e a divulgação de notícias pela imprensa eram associadas ao conceito de moderno. Ainda pensando no conceito de moderno, a Constituição de 1891 era, naquele momento, considerada uma lei moderna e após a sua promulgação a imprensa passou a publicar mais matérias sobre política, associando ações políticas ao conceito de moderno. (RODRIGUES: 2011, p. 103)

Dessa forma, ao levantar questões relativas às instituições educacionais em Montes Claros, percebe-se que essas estavam atreladas aos objetivos republicanos de constituição de uma nação moderna. Configuram-se como intimamente ligada às vontades políticas, tanto no que se refere ao projeto de integração da nação republicana, quanto aos interesses dos políticos locais.

> Implantar uma cidade progressista significava destruir o que estava construído nos moldes naturais do homem. Os projetos de reforma e reconstrução urbana traziam novas representações, onde, por decreto, as ruas e praças deviam receber nomes de cidades, rios, montanhas, lembranças de datas históricas e cidadãos importantes que mereciam estar presentes na memória do povo. Estas simbologias também representavam a imagem do regime político-federalista da jovem República. (BRITO: 2006, p. 95)

A essas pontuações acerca da reorganização da sociedade, Carvalho (1990) chama de "Positivismo Ortodoxo", ou seja, aquele que busca no cerne da filosofia de controle social, nos referenciais do cotidiano e na influência direta nas práticas sociais, nos modos de vida, tornando assim constante a presença de elementos regulamentados pelo Estado na vida das pessoas.

> Dessa forma, a década de 1910 a 1920, [...], é o período ideal para ser problematizado, pois os jornais referentes a esse momento trazem matérias que abordam a respeito dos projetos de melhoria e urbanização de espaços; técnicas consideradas as melhores e as mais modernas para a agricultura; bem como matérias que abordavam a necessidade de que a população adotasse comportamentos mais "civilizados", enfim, uma década em que esses projetos eram vistos como sinônimo de poder e espaço nas páginas dos jornais.(RODRIGUES: 2011, p. 15)

Busca-se então pensar a escolarização como forma de efetivar o projeto de constituição de um projeto de civilidade, e também como essa possivelmente vem influenciar e alterar nos modos de vida da população, seus conceitos e relações com os cidadãos de uma nova República.

Essa pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro pretende-se analisar a estrutura governamental republicana no início do século XX e como esta estrutura e suas ramificações influenciaram na constituição da sociedade em Montes Claros. Para isto são desenvolvidas abordagens relacionadas às questões políticas de estrutura do governo republicano no Brasil, e a sua relação com as adequações governamentais difundidas com a

finalidade de formar a sociedade através da instrução e da educação. Também desenvolve-se a compreensão da escolarização na sua capacidade de organizar e sistematizar a ideia de civilização na Primeira República. Serão apontadas as reformas educacionais por meio da análise da legislação vigente no período trabalhado, com o objetivo de constituir uma Nação. Também neste capítulo será apresentada Montes Claros-MG, e a realidade da localidade no início do século XX, as transformação dos modos de vida na cidade, influenciados pelo governo republicano, e de que forma as questões referentes à modernidade proposta pela República permearam as práticas sociais. Neste último tópico será demonstrado como a imprensa escrita pode agir para além do caráter informativo, percebendo o uso de tal instrumento em diversas interpretações e influenciando a formação social e cidadã dos indivíduos na primeira república no Brasil.

O segundo capítulo é delineado a partir da análise da cultura escolar como proposta teoricamente por Dominique Julia (2001). Busca-se compreender como tais culturas se constituem e passam pelo processo de contínuo aprendizado, na relação de troca entre professores, alunos, e todos aqueles ligados ao cotidiano escolar. Com o enfoque no recorte espaço-temporal de Montes Claros (1916-1918), ao final do segundo capítulo apresentar-se-ão as duas principais instituições da cidade: o Grupo Escolar Gonçalves Chaves (1909) e a Escola Normal Norte Mineira (1915-1918), destacando-as por meio das notícias veiculadas pela imprensa. Essas duas instituições educacionais eram sempre destacadas como os referenciais que difundiam e efetivavam os objetivos civilizatórios da Primeira República no Brasil.

O terceiro capítulo analisar-se-á as fontes da pesquisa e os pontos principais apontados por elas. Como primeiro tópico são apontadas as recorrentes notícias relacionadas à Escola Normal Norte Mineira, as ações desenvolvidas e como essa era apresentada à cidade de Montes Claros. A seguir, busca-se demonstrar também a presença do Grupo Escolar Gonçalves Chaves, e a sua constituição como referencial educacional para a cidade. Além das notícias dos jornais, entende-se que é salutar analisar as teorias e pesquisas apresentadas por outros pesquisadores e as possíveis interpretações do cotidiano da escola. Para organizar o último ponto abordado por esse capítulo traz-se à luz o grande destaque dos jornais pesquisados, as festas, tanto cívicas quanto religiosas, prática esta que representava uma das formas que a escola tinha de aproximar as pessoas do contexto escolar e incutir na população as práticas objetivadas pelos programas de ensino e pelo regime republicano.

1 – PRIMEIRA REPÚBLICA E EDUCAÇÃO

Este capítulo é desenvolvido a partir de uma análise da estrutura política republicana no início do século XX e como tal estrutura e suas ramificações influenciaram na constituição da sociedade em Montes Claros (MG).

O primeiro tópico trata das questões políticas que estruturavam o governo republicano no Brasil, e como as novas adequações governamentais moldaram a sociedade através da educação na Primeira República (1889 – 1930), busca-se estabelecer uma explanação coerente sobre a realidade no país no período estudado.

O segundo tópico apresenta a escolarização como forma de organizar e sistematizar a ideia de civilização da primeira república no Brasil, as reformas educacionais, bem como a legislação vigente no período trabalhado, com o objetivo de constituir uma Nação.

No terceiro tópico apresentar-se-á um pouco da história da cidade mineira de Montes Claros no início do século XX. Centra-se na transformação dos modos de vida na cidade, influenciados pelo governo republicano vigente no momento, e como as questões referentes à modernidade proposta pela República permearam as práticas sociais. Neste tópico também demonstra-se a forma como a imprensa escrita pode agir para além do caráter informativo, ao considerar o uso de tal instrumento em diversas interpretações que influenciaram a formação social e cidadã dos indivíduos no período da Primeira República no Brasil.

1.1- Política, sociedade e educação

A Primeira República no Brasil (1889-1930) marcou um período que foi compreendido com pontuais mudanças, tais como o regime governamental que deixou de ser monárquico e passou a ser presidencialista; o direito ao voto (somente para os homens alfabetizados); e a consolidação das mudanças da divisão territorial das províncias em Estados. Mas também foi um período marcado por permanências na sociedade brasileira, uma

vez que a economia ainda tinha a sua base na produção agrária, o país permanecia com maior parte da população em meios rurais e o processo de urbanização das cidades era bastante lento. Compreende-se neste sentido que o país passava por um período de construção da sua identidade como Nação Republicana.

Para a organização da República, havia a necessidade de se substituir a forma de governo para se consolidar uma nação. Ele afirma que: "Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles a enfrentaram de maneira diversificada, de acordo coma visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada" Carvalho (1990 p.24-26).

As diversificações de interpretações da República são representadas por três posições de diferentes grupos no período estudado. José Murilo de Carvalho (1990, p. 24) afirma que a primeira corrente filosófica era formada pelos "*liberalistas*", apontando que o ideal seria "a ênfase americana na organização do poder, não apenas por estar na tradição do país mas, principalmente, pela preocupação com a ordem social e política, própria de uma classe de ex-senhores de escravos", baseados na influência norte americana após a Guerra de Secessão (1861-1865).

A segunda linha de interpretação era o "*Jacobinismo*", posicionamento representado por um setor na população urbana formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, para estes, a verdadeira mudança viria através da revolução, até mesmo fazendo memória ao centenário da Revolução Francesa de 1789. Mas a interpretação política que prevalece na implantação da República brasileira, segundo Carvalho (1990, p. 27) é a terceira interpretação: o "Positivismo".

> O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que deveria ser superada pela fase positivista, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente a ideia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a ideia republicana entre o operariado, especialmente o estatal. (CARVALHO, 1990, p. 27)

O aparato de organização do Estado nos moldes do positivismo era baseado na concepção de August Comte. Ao interpretar a filosofia positivista de Auguste Comte busca compreendê-la a partir das considerações de Civita (1978), onde o mesmo afirma que Comte propõe três pontos para explicar a sua teoria: em primeiro lugar destaca-se a "filosofia da história", que tem como objetivo demonstrar como uma certa maneira de pensar deve imperar sobre os homens e a isto Comte dá o nome de filosofia positiva e pensamento positivo. O segundo posicionamento é a fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva e, em terceiro lugar, aparece a construção de uma sociologia que modifique os processos da sociedade, permitindo uma reforma prática das instituições.

No Brasil o que prevalece, segundo Carvalho (1990, p. 35), é a fundamentação de um "Positivismo Ortodoxo", que busca pelo mito de origem e constrói os heróis e mitos nacionais. O referido historiador afirma que não havendo participação popular, existia um esforço por parte do regime republicano em formar uma identificação com a figura do herói que simbolizasse um modelo coletivamente valorizado.

Outro ponto importante no contexto de construção do Brasil República, que é importante para a presente dissertação, seria o discurso de construção da identidade nacional, pois acreditava-se que as pessoas precisavam se identificar, no sentido de pertencimento a uma nação que estava se formando. Tal identificação pode ser compreendida como uma homogeneização cultural requerida para a construção do Estado Nacional. Neste processo, a partir da reflexão proposta, contempla-se também a escola, se constituindo como um instrumento do Estado, momento este em que o aparelho estatal utilizava-se também da educação para regulamentar modos de vida e inculcar valores nacionalistas.

Com a finalidade de se formar a concepção de nação, e como esta nação se tornaria uma República, era necessário também conceber tal conceito de identidade nacional como forma de processo civilizatório de integração da Nação na Primeira República, uma concepção constitucional republicana, de integrar e possibilitar aos Estados uma autonomia de decisões, e a responsabilidade pela instrução dos cidadãos. Tal ideia de instrução remete à compreensão de que o país buscava passar por um processo pelo qual se definiria como nação. A discussão acerca da legitimação do *status quo* estatal orienta-se pelo entendimento de que os espaços escolares, através dos agentes deste meio, caracterizavam-se como um ambiente propício para a instrumentalização dos conhecimentos formativos como – currículo, noções de higienização e alfabetização, com o intuito de que os indivíduos se adequassem aos

moldes republicanos de nação e à civilidade emergente. Émille Durkheim (1975), em sua obra "Educação e sociologia" postula que:

> Um sistema escolar, qualquer que seja, é formado por duas espécies de elementos. De um lado, há todo um conjunto de disposições definidas e estáveis, de métodos estabelecidos, ou seja, em uma palavra, de instituições; mas, ao mesmo tempo, dentro da máquina assim constituída, há ideias que trabalham e que a solicitam para que mude. (DURHEIM: 1975, p. 122)

Entende-se então que a sustentação desse sistema não se dava somente pela escola, mas por uma tríade de sustentação: família, escola, Igreja, que garantiria a sustentação do Estado. Nesta pesquisa parti-se da premissa da escola como um dos principais aparelhos ideológicos estatais. As ações se davam a partir da construção, manutenção e reprodução de ideologias e percepções, instaurações de mentalidades e a adesão a conceitos, que eram nutridos nos ambientes culturais dos indivíduos nos espaços escolares. Assim, a homogeneização dos modos de vida era implementada pela ideia da necessidade de construção da civilização, o que, consequentemente, gerava para o Estado uma imagem de urbanidade, que se defrontava com os moldes agrários vigentes.

A partir da concepção da escola como aparelho ideológico do Estado, considera-se a educação com uma força capaz de impulsionar o movimento de transformação social, em especial a partir do segundo decênio do século XX. Neste viés espaço-temporal, pode-se perceber a escola como uma instituição central para as transformações pretendidas pelo poder político, por ser capaz de assumir o papel fundamental na disseminação de padrões de civilidade e moralidade, capazes de orientar as condutas das crianças e jovens. Utilizando-se de aparatos próprios, foram produzidos modelos e estratégias para a escolarização desses valores, estimulando o sentido da competitividade e da disputa por lugares sociais, disseminando o ideal de ordem e disciplina, por um processo em que a escola assumia o papel de promotora da civilidade.

> Nessas condições, a instituição escolar acaba por assumir uma estrutura "x" e exercer uma influência tal que, a despeito da imensa diversidade que marca a população brasileira, a experiência escolar acaba criando um sentimento comum, mesmo entre pessoas muito diferentes. Este sentimento comum é um dos elementos constitutivos daquilo que os estudiosos chamam de identidade nacional. A educação escolar apresenta-se como um dos pilares da construção da identidade nacional, na medida em que atua na disseminação de uma língua própria, de uma história em comum e de alguns valores consensuais por meio dos quais emerge a consciência de que

> partilhamos gestos, modo de falar, crenças e opiniões semelhantes. (MONTEIRO e GASPARELLO, 2007, p. 93)

Em consonância ao fragmento supracitado, entende-se que a construção da "*identidade nacional*" apontada, passava pelo contexto da escola. Apesar da heterogeneidade das sociedades, o sentido de escolarizá-las proporciona-lhes um sentimento comum a todos. Constrói-se assim a crença nos gestos e opiniões expressadas coletivamente, o sentido de unidade da nação através da língua, e a consciência coletiva de fazer parte de um mesmo país.

No que tange ao recorte temporal do Brasil na Primeira República (1889-1930) e às modificações políticas, sociais, educacionais desenvolvidas neste contexto, percebe-se que o ensino passava a ser voltado para objetivos distintos: formariam a pessoa com capacidades, concepções, conceitos e comportamentos que estivessem de acordo com o pensamento maior de nação, para que assim se concebesse o ser cidadão.

Após a Proclamação da República, foram promulgadas duas Constituições[6], cujo conhecimento é considerado importante para o desenvolvimento desta pesquisa: inicialmente a Constituição da República de 1891 e, logo a seguir, neste mesmo ano, a do Constituição do Estado de Minas Gerais. Tais documentos não só direcionaram politicamente o País e o Estado, mas permearam também o pensamento e o relacionamento social no Brasil.

Constituição mineira é caracterizada como liberal no tocante aos aspectos que delimitaram os direitos municipais, uma vez que buscava a descentralização no poder político. "O governo do Estado não poderá intervir em negócios peculiares do município, senão no caso de perturbação da ordem pública."[7]

Ainda, em se tratando de educação, a Constituição do Estado de Minas Gerais previa que:

> Art. 3º
>
> § 6º - O ensino primário será gratuito e o particular exercido livremente.
>
> § 7º - Nenhum culto ou igreja gozará subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o governo do Estado.

---

[6] BRASIL. COSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Acesso em: 05 de outubro de 2016.
MINAS GERAIS. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1891. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224220 Acesso em: 05 outubro de 2016.

[7] MINAS GERAIS. Id. Ibid. Art. 75, parágrafo VI

> Art. 117 – A lei de organização de instrução pública estabelecerá:
>
> 1º - a obrigatoriedade do aprendizado, em condições convenientes;
>
> 2º - a exigência do diploma de escola normal para a investidura do magistério, exceto para as escolas rurais;
>
> (Parágrafo com redação dada pelo art. 17 da Lei Adicional nº 10, de 14/9/1920).
>
> 3º - instituição do fundo escolar;
>
> 4º - fiscalização do Estado, quanto a estabelecimentos particulares de ensino, somente no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística[8].

A partir do exposto, nota-se que a legislação já previa a oferta da instrução por parte do Estado, bem como a formação de professores, os recursos para a educação e a fiscalização dos estabelecimentos de ensino. A legislação direcionava à gratuidade do ensino primário, e permitia o ensino particular exercido livremente, instituindo a necessidade do diploma da escola normal para o cargo de magistério, com exceção das escolar rurais, e estabelecia a fiscalização estatal nas exigências de higiene, moralidade e estatística. Tais normatizações permitiram ao Estado exercer o controle e a vigilância das instituições de ensino.

No tocante à Constituição Nacional de 1891, esta considerava a instrução, na "seção II – Declaração dos direitos, no parágrafo 6º: será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos"[9]. Quando se busca interpretar as fontes da imprensa, nota-se que o caráter leigo do ensino não se implementou na prática escolar no período mencionado, a partir da premissa de que o ensino seria leigo e nenhuma Igreja ou denominação religiosa teria vínculo com o Estado. Porém, nos assuntos tratados nas colunas sobre educação no jornal analisado nesta pesquisa, são recorrentes as notícias sobre orientações comportamentais e cerimônias baseadas em princípios religiosos, em sua quase totalidade, católicos. Exemplifica-se com a notícia que circulou no Jornal *Montes Claros*, em sua edição do dia 25 de novembro de 1917, quando apresentou um convite à celebração que iria entronizar a imagem de Jesus Crucificado na Escola Normal Norte Mineira. Esta ação demonstra um caráter de ações religiosas presentes na escola, e que eram tratadas com grande importância, tanto pelos dirigentes quanto pela imprensa.[10]

Dessa forma, torna-se visível o interesse pela homogeneização dos modos de vida, em sentido de valores morais, familiares e religiosos, comportamentos civilizados que o

---

[8] MINAS GERAIS. Id. Ibidem. Art. 3.
[9] BRASIL. Op. cit. Seção. II. par.6
[10] Jornal Montes Claros, 25 de novembro de 1917. Acervo Particular: Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Estado fomentava por meio da utilização dos espaços escolares. As fontes direcionam esta pesquisa à reflexão a respeito da sua produção, dos seus objetivos, da proposta de homogeneização da população, de adequação às normas governamentais, e de civilizar aqueles que ainda não estavam em consonância aos moldes republicanos de nação. Segundo Leite (2011), a República no Brasil não inaugurou um sentido completamente laico do Estado, ou seja, o Estado Brasileiro não se separou, na prática, da religião. O que ocorreu, segundo o autor foi que as pessoas ocupantes de cargos estatais eram predominantemente católicas e, portanto, em suas práticas cotidianas públicas, traziam concepções e representações do seu catolicismo privado. Outro ponto que o autor chama atenção, é que a Igreja Católica também direcionava esforços para estreitar suas relações com o Estado.

No sentido da homogeneização da nação, José Murilo de Carvalho (1990), pontua que havia também, por parte do governo republicano, a preocupação de uma unidade política, a qual estava ligada ao grupo republicano e à ordem social que este desejava:

> Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e ordem social. Somente ao final do Império começavam a ser discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação, com a redefinição da cidadania. [...] Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles a enfrentaram de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada. (CARVALHO: 1990, p. 23-24)

Este fragmento elucida que transformar o pensamento, e construir uma unidade que pudesse levar o país a se compreender como nação apresentava-se como um grande desafio aos republicanos. Pensa-se, portanto, que o Período Imperial no Brasil (1822-1889) marcou a sociedade, uma vez que as ideias do período estavam dispostas de maneira que mesmo com a mudança para um governo republicano, a vida em sociedade não passou por grandes transformações imediatas e homogêneas, mas elas ocorreram de forma lenta e diversa. Tais mudanças estavam relacionadas à política, como por exemplo, a adoção do regime presidencialista na República, com o estabelecimento do caráter laico na formação e organização da educação, com um currículo de disciplinas que deveriam ter um planejamento por parte do Estado e nas práticas urbanas.

1.2 - Primeira República e os modos de civilizar

Pretende-se inicialmente desenvolver o conceito de civilização que Norbert Elias (1994), aponta apresentando diversos fatos que influenciam a sua teoria:

> O conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma "civilizada" ou "incivilizada". Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. (ELIAS: 1994, p. 23)

Compreende-se que a civilização está impregnada na sociedade, nos mais diversos meios e ações, o que possibilita perceber como a interação entre os indivíduos, os seus costumes e as variadas práticas sociais são interpretados como civilização. Não é possível mensurar uma sociedade como mais ou menos civilizada, pois cada localidade onde existem seres humanos convivendo, apresentam civilizações diferentes.

Ora, se tal interação está presente em todas as sociedades, na constituição da sociedade brasileira republicana não seria feita de forma distinta. Apesar de um governo central e de leis que buscavam reger toda população, as realidades locais, os seus costumes e práticas culturais colaboravam ou não para que tais objetivos se legitimassem.

É válido salientar que as questões sociais, bem como as transformações eminentes não transcorrem de forma retilínea e unilateral, mas antes, apresentam conflitos e nuances dialéticas que caracterizam esses desdobramentos sociais. Dessa forma, se por um lado, estava latente o desejo de instauração da cultura homogênea, por outro, dicotomicamente reverberava insistentemente a reprodução de uma cultura costumeira.

A Primeira República no Brasil buscou, de maneira geral, "normatizar" a vida das pessoas com a finalidade de fazer do país uma nação civilizada. Logo, o que se objetiva mostrar é que esta discussão faz-se pertinente à medida em que é analisada a obra de Norbert Elias (1993). As concepções desenvolvidas pelo autor, se organizam em torno de temas

pontuais perpassando diversos momentos da evolução sociocultural e os seus distintos fundamentos. O autor define que a civilização:

> ‘Civilização’ descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’ [...] Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo” (ELIAS: 1994, p.24-25).

Dessa forma, a civilização, nos moldes republicanos, objetiva tornar homogêneo o momento evolutivo da nação, de maneira que, ao formar um conjunto, do que antes era distinto, o caminho tende a ser o mesmo para todos. Novamente a instrução escolar torna-se fundamental nesse processo, visto que a escola possibilitaria a todas as regiões uma instrução que era regulamentada pelo governo no percurso de formação da República.

No Brasil, no período da Primeira República, tanto as questões que envolviam o cotidiano dos indivíduos quanto os detalhes mais pessoais necessitavam do momento da instrução para se normatizar, daí a importância da instrução escolar neste contexto. Todo o esforço educacional, desde os primórdios do Império, resultaram nas concepções que se desenvolveram na República. Assim, não bastava que a instrução escolar fosse organizada e passada em um espaço, mas extrapolá-lo ao cotidiano doméstico. Nesse sentindo a “gênese republicana”[11] deveria influenciar também diretamente nos costumes, nas decisões, no lidar social, bem como na política.

Como a instrução, a constituição de uma civilização se daria por um processo, seja ele lento ou rápido, mas não imediato. Ribeiro (2000, p. 13), afirma que: *“*O conceito de processo civilizatório permite essa abordagem conjunta porque ressalta, na sua acepção global, a apreciação dos fenômenos de desenvolvimento progressivo da cultura humana tendentes a homogeneizar configurações culturais”. Assim, para tal processo, permitindo diversas caracterizações aponta a busca de um ponto comum que possa “homogeneizar” as distintas culturas existentes em uma sociedade. Ao pensar o Brasil e suas proporções continentais, bem como as diferenciações de cada região, analisa-se que dificilmente um projeto de unidade nacional que pudesse existir conseguiria alcançar todo o território e/ou lograr total êxito em suas pretensões.

[11] Aqui o que chamamos de “gênese republicana”, é o início da Primeira República.

E no Brasil republicano, o investimento na educação representava uma alternativa de solução para uma série de problemas sociais, econômicos e políticos. Vinculada à ideia de progresso e civilização, a educação constituiu-se como um dispositivo capaz de preparar, tanto as elites como as populações iletradas, para o trabalho de transformação da realidade e a construção da nação brasileira. É nesse contexto, de ampla crença no poder transformador implicado pelas escolas e o incentivo às práticas de leitura e escrita, que situa-se o Brasil do final do século XIX e início do XX. Desde o início do Império estava em curso um processo de transformações, em que se creditava à educação uma função central no processo de desenvolvimento.

Desta forma, o Brasil, a partir do século XIX, procurou constituir e ampliar as instituições educativas, que assumiram um papel fundamental na consolidação do seu projeto de civilização, de modernização social e de progresso. Compreendia-se que o empreendimento de educar a população e imprimir-lhe uma nova mentalidade não era tributado apenas à escola, mas a todas as instituições sociais, como a família e a Igreja, nelas incluindo os meios de comunicação possíveis: a literatura, o teatro e os jornais.

Assim, para Tony Honorato (2015), a educação se apresentava como o potencial caminho que formaria o cidadão brasileiro:

> A institucionalização escolar era um caminho potencial para formar o cidadão brasileiro no contexto de um esforço civilizador. Nela os homens seriam instruídos além do pedagógico *stricto sensu*, receberiam instruções sobre moralidade higiênica, exercícios militares, condutas no modo de vida, cooperação política, trabalho livre e amor à pátria democrática. [...] Então com o advento da instituição escolar moderna republicana, o processo cultural do homem brasileiro se defronta com novas maneiras de aprendizagens que provocam a desfuncionalização de interdependências e a formação de configurações nas quais os indivíduos em escolarização vivenciam novas emoções, adquirem capital cultural, manifestam diferentes interdependências e potencializam uma autoimagem de cidadão civilizado até então imperceptível. (HONORATO: 2015, p. 9-10)

O “capital cultural” se configura na escolarização como um caminho de se formar o cidadão brasileiro, principalmente por meio da instrução dos modos de vida, dos hábitos de higiene, dos exercícios militares, e tudo isso se configura ao ideal moderno que se pretendia na Primeira República. A partir desse momento, novos modos de vida, foram configurados através da escolarização. Tais modos poderiam influenciar a vida em sociedade para além do contexto escolar. Os reflexos de tal inovação republicana estavam presentes nas mais variadas

ações desde a higiene, até as concepções do trabalho e cunhava-se então a construção da autoimagem do cidadão brasileiro que se pretendia ter na Primeira República.

Nesse quesito, outro ponto relevante é delinear a questão da normatização dos costumes e como esses foram formados na concepção da Primeira República, e se esses estavam sob a influência de um viés de formação cultural, em que esse corroborava com a concepção de costumes que Thompson (1997, p. 19), aborda. O autor afirma que: [...] "temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes", pode-se interpretar que essa "cultura costumeira" seja os costumes, modos de vida, as experiências vividas pela população, e não uma ideia soberana de quem detém o poder. O que se discute inicialmente de forma antagônica à educação e à normatização que se busca implementar no período, e o que esta influencia na experiência de vida, nos costumes, e no modo potencial de legitimar o poder e a cidadania no país.

A partir da Primeira República ocorreu então a implantação de um novo modelo político e social no Brasil, difundindo-se a ideia de prosperidade nacional. A instrução nacional, no período da primeira república, idealizava uma dimensão cidadã, no conceito de participante das decisões políticas do país, direito ao voto a partir da premissa da alfabetização, renda, bem como ser do sexo masculino.

No período denominado Primeira República (1889-1930), o governo federal empreendeu várias reformas no campo da educação, retomando as discussões acerca da legislação e dos projetos que regiam a República naquele contexto.

Militar de formação positivista, Benjamim Constant, esteve à frente do Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos durante o governo provisório da Primeira República e foi responsável por promulgar o "Regulamento da Instrução Primária e Secundaria do Districto Federal", no ano de 1890, através do ministério criado para cuidar das questões educacionais. A laicidade e liberdade do ensino eram os princípios norteadores da reforma de Constant, em que a escola deveria se estruturar da seguinte maneira: escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos; escola secundária com duração de 7 anos; ensino superior reestruturado em politécnico, direito, medicina e militar.

Geraldo Bastos Silva (in Palma Filho, 2005), refere-se às mudanças propostas:

> A reforma Epitácio Pessoa, de 1901, assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Mas, também em relação ao currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário, a reforma E. Pessoa teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário. (SILVA: 2006, p. 259)

Essa reforma buscava equiparar ao Colégio Pedro II todas as escolas do país que estivessem ministrando o ensino secundário. O Colégio Pedro II era tido como modelo para os outros colégios do país desde o período imperial. Porém a legislação federal e sua consequente fiscalização não alcançava o objetivo de tornar o secundário em um ensino com um fim em si mesmo, uma vez que os educandos continuavam o ensino secundário apenas como uma passagem de preparação ao exame de habilitação ao ensino superior. Dessa maneira, foi proposta a redução do ensino secundário de sete para seis anos, modificando assim a reforma Benjamim Constant de 1890.

A Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, promulgada pelo Decreto 8.659 de abril de 1911, foi a reforma que “desoficializou” o ensino brasileiro. Compreende-se, assim, que a educação não era, obrigatoriamente, oferecida pelo Estado, sendo que em muitos lugares era ofertada em instituições particulares. O princípio do liberalismo já influenciava a educação brasileira ao lado do positivismo, e ambos entravam em contradição com a doutrina católica. Baseavam-se nos argumentos de que era necessário dar às instituições particulares o direito de ensinar. Porém, tal direito já lhes era garantido desde o período Imperial, de 1822 a 1889, prova disso é que o ensino secundário estava delegado às escolas particulares, religiosas ou leigas, já que no período as escolas públicas priorizavam a educação primária. Nesse contexto tem-se também os positivistas, que mesmo defendendo a ideia de um Estado forte, eram mais conservadores em relação aos moldes educacionais que os liberais buscavam praticar.

> No início da República, a melhora não foi apenas quantitativa, uma vez que data daí a introdução do ensino graduado, com o aparecimento dos primeiros “grupos escolares” ou “escolas-modelo”. Mas, ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento. (RIBEIRO In PALMA FILHO: 2005, p. 85)

Por conta da descentralização da competência da educação nas mãos dos Estados, observa-se que apenas poucos conseguiram realizar algum progresso em relação à educação primária da população. A descentralização da educação, proposta pelo governo Republicano, voltada aos segmentos populares, atingiu poucos setores e em poucos lugares.

Os movimentos que buscavam democratizar o ensino escolar eram contraditórios, pois dialeticamente solicitavam a abertura de escolas, mas, por outro lado, impunham limites à sua criação. Parecia não ser de interesse geral o acesso de um grande número de pessoas aos educandários e, em consequência, não teria a instrução necessária para se formarem como cidadãos. Ressalta-se também que os alunos que estavam nas escolas não eram oriundos da população de baixa renda, e geralmente, eram aqueles que tinham condições de custear os estudos nos educandários privados.

Dessa maneira, é possível dizer que havia uma defasagem entre educação e desenvolvimento no início da Primeira República, ou seja, havia uma distinção entre os produtos oferecidos pela escola e a demanda social e econômica de educação, em que tal situação exprimia as contradições quando se observam os ideais de modernidade e a realidade do atraso social.

Quando é questionado se a educação foi voltada para as particularidades da vida, é possível observar que em muito se buscou organizar o modo como as pessoas se comportavam no seu cotidiano, porém a educação escolar não atingiu todas as camadas da sociedade, bem como essa não era proporcionada para toda a população.

Os objetivos positivistas de “ordem e progresso” que buscavam tornar o Brasil um país reconhecidamente moderno e civilizado, ainda, neste período, se distanciavam muito da realidade nacional. As práticas cotidianas não condiziam com o que desejavam os legisladores da educação, porém compreender que os efeitos desse novo contexto republicano se organizaram e constituíram, nas primeiras décadas do século XX, provocando reflexos na vida das pessoas através daquilo que elas aprendiam ou praticavam.

Dado o exposto, entende-se, portanto que a educação deveria então contemplar não só o ambiente escolar e atender à legislação curricular proposta pelo governo, mas também estar na vida das pessoas, regulamentando costumes, práticas sociais, até a formação de conceitos da civilização, cidadania, e compreensão do novo contexto republicano.

1.3 - Informação e Educação na cidade de Montes Claros no início do século XX

Ao reportar o recorte espaço-temporal ao objetivo dessa pesquisa, busca-se compreender as principais implicações da educação escolar na cidade Montes Claros no início do século XX, e como as concepções de formação escolar estavam em consonância ou não com um projeto de civilidade do Brasil na Primeira República. Para tal são utilizados, além da bibliografia pertinente, documentos oficiais, tais como decretos, leis, constituições, e fontes jornalísticas que contemplam os anos de 1916 a 1918[12].

A partir do registro da história da cidade de Montes Claros, baseada nas fontes jornalísticas e autores que versam a respeito do tema, Gy Reis Gomes de Brito (2006), Cesar Henrique de Queiroz Porto (2007), Rejane Meireles Amaral Rodrigues (2011) e Geisa Magela Veloso (2008), compreende-se como em tal contexto histórico ocorreu a apropriação da representatividade social por aqueles "letrados", considerados mais eruditos, com um passado de glórias, dos grandes homens considerados também heróis nas páginas jornalísticas.

Para delinear a constituição histórica da Montes Claros, recorre-se às considerações de Rodrigues (2011):

> O processo histórico de formação da cidade de Montes Claros, como veremos a seguir, nos revela que essa tem origens nas práticas campestres, e que a sua constituição se deu em torno da Fazenda Montes Claros, tendo sido elevada a sesmaria pelo alvará de 1707. Antônio Gonçalves Figueira obteve do Estado, uma légua por três de comprimento, onde fundou a fazenda de Montes Claros. Nesse local, construiu uma Igreja para veneração da imagem de Nossa Senhora e ao redor ergueu casas, para os vaqueiros e agregados da fazenda. A partir daí surge o povoamento com a construção de residências e casas comerciais, o que elevou a fazenda a arraial, vila e depois cidade. A criação de gado era, até então, a principal atividade econômica. Em 16 de outubro de 1831, tomou posse a primeira Câmara Municipal, juntamente com o primeiro Agente Executivo da Vila. Ainda nessa década, Montes Claros passou a ter um Juiz Municipal, foi fundada a Legião da Guarda Nacional e chegou à região o primeiro pároco, além do primeiro médico.
>
> Em três de julho de 1857, sob a Lei n. 802, a Vila passou à condição de cidade de Montes Claros, e em 1875 foi fundada a escola de Instrução Primária. Para completar as características de "cidade", em 23 de janeiro de 1833, foi inaugurada a Agência dos Correios. Para os memorialistas o "progresso" não parou por aí, esses registram em 1871 a criação do Hospital de Caridade. Como o pensamento da época era associar educação a desenvolvimento, em 1879 foi criada a Escola Normal, porém essa só foi instalada em 21 de fevereiro de 1880 e em, de 16 de dezembro de 1906, foi criado o Grupo Escolar Gonçalves Chaves. (RODRIGUES: 2011, p. 18-19)

[12] **Ver tabela de leitura dos jornais – Anexo 02**

As características rurais de várias localidades do Brasil se repetiam em Montes Claros e o esforço pela urbanização da cidade está presente em quase todos os autores que versam a respeito do período da primeira República[13]. Rodrigues (2011), destaca que a ideia de progresso estava presente através de atos e instituições fundadas na cidade e aborda ainda as questões relativas à imprensa e as ideias de progresso e modernidade, afirmando que:

> Assim sendo, tudo o que a imprensa estivesse associada seria considerado moderno, ou seja, para a maioria dos pesquisadores que trabalham com este período as inovações tecnológicas e a divulgação de notícias pela imprensa eram associadas ao conceito de moderno. Ainda pensando no conceito de moderno, a Constituição de 1891 era, naquele momento, considerada uma lei moderna e após a sua promulgação a imprensa passou a publicar mais matérias sobre política, associando ações políticas ao conceito de moderno. (RODRIGUES: 2011, p. 103)

A justificativa para a circulação de informações na cidade de Montes Claros no início da Primeira República seria a necessidade de integrar a comunicação do sertão com o litoral fortalecendo a unidade nacional e reafirmando a ideia de nação, o que ajudaria a consolidar a "Nova República" por meio das mudanças locais.

Dessa forma, ao levantar questões relativas à escolarização em Montes Claros, percebe-se que essa estava atrelada aos objetivos republicanos de constituição de uma nação moderna. Configurando-se como intimamente ligada às vontades políticas, tanto no que se refere ao projeto de integração da nação republicana como aos interesses dos políticos locais. O que Rodrigues (2011) apresenta como moderno, são as inovações que eram propostas pelos grupos políticos, instituições e práticas sociais, que investiam e fomentavam a ideia da República como modelo referencial a ser seguido.

Assim, ao remeter os estudos acerca da história local para o recorte temporal proposto, busca-se conceber qual o papel da instrução escolar na construção de um ideal de nação, a partir do pensamento de civilização apresentado pela Constituição Republicana no Brasil. Dessa forma pensa-se no desenvolvimento da educação escolar, e se realmente esse projeto existiu para além da legislação. O cruzamento de informações levantadas na legislação e nos jornais analisados no período dão a noção de questões teóricas, inseridas no

---

[13] Os autores citados por Rodrigues (2011), são: VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamos Históricos, Geográficos e Descriptivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. *Coleção Sesquicentenária*. Editora UNIMONTES, 2007; PAULA, Hermes de. Montes Claros, sua história, sua gente, e seus costumes. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. *Coleção Sesquicentenária.* Editora UNIMONTES, 2007.

ideal de progresso e civilidade da nação, baseadas na legislação vigente no período, e como essas podem ser levadas à prática social. Para tal concepção de progresso corroboram as ideias de Brito (2006):

> Implantar uma cidade progressista significava destruir o que estava construído nos moldes naturais do homem. Os projetos de reforma e reconstrução urbana traziam novas representações, onde, por decreto, as ruas e praças deviam receber nomes de cidades, rios, montanhas, lembranças de datas históricas e cidadãos importantes que mereciam estar presentes na memória do povo. Estas simbologias também representavam a imagem do regime político-federalista da jovem República. (BRITO: 2006, p. 95)

Ao mesmo tempo em que a República previa tais mudanças em simbologias, desenvolvia o seu enfoque em um pensamento urbano e progressista, e dentro do recorte temporal a que se propõe neste estudo, detenha-se então nas considerações de Rejane Rodrigues (2011):

> Dessa forma, a década de 1910 a 1920, [...], é o período ideal para ser problematizado, pois os jornais referentes a esse momento trazem matérias que abordam a respeito dos projetos de melhoria e urbanização de espaços; técnicas consideradas as melhores e as mais modernas para a agricultura; bem como matérias que abordavam a necessidade de que a população adotasse comportamentos mais "civilizados", enfim, uma década em que esses projetos eram vistos como sinônimo de poder e espaço nas páginas dos jornais.(RODRIGUES: 2011, p. 15)

A implicação do progresso republicano verifica-se nos sistemas educacionais propostos no Brasil no início do século XX, em que esses buscavam um sentido de unidade, de uma homogeneização da sociedade. Porém no cotidiano social, se afasta da legislação vigente, que propunham atingir um maior número de pessoas, pois nessa época tem-se a educação ainda voltada às elites e de difícil acesso para as classes menos favorecidas.

Necessita-se contemplar a existência de múltiplas significações, em várias perspectivas que podem ampliar a análise dos fatos e da história, assim como afirma Jenkins (2005, p, 24-25)*:* "[...] Embora possam existir métodos para descobrir 'o que aconteceu', não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todos, 'ponto-final', o que os 'fatos' significam". Tais fatos podem dar enfoque a situações do passado, logo, pressupõe-se também que as interpretações do contexto escolar bem como as pessoas participantes dele se tornavam agentes nos processos constitutivos da sociedade. Tal ideia de passado em movimento e de constituição está expressa por Norbert Elias (1994):

> Se analisamos em sua totalidade esses movimentos do passado, o que vemos é uma mudança em direção bem definida. Quanto mais profundamente penetramos na riqueza de fatos particulares a fim de descobrir a estrutura e regularidades do passado, mais solidamente emerge um contexto firme de processos dentro dos quais são reunidos os fatos dispersos. Da mesma forma que, no passado, quem observava a natureza, após seguir numerosas hipóteses que em nada deram, gradualmente começou a distinguir uma visão coerente dela tomando forma diante de seus olhos, hoje os fragmentos do passado humano reunidos em nossa mente e em nossos livros pelo trabalho de muitas gerações, começam, aos poucos, a se encaixar num quadro consistente da história e do universo humano em geral. (ELIAS: 1994, p. 263)

O autor aponta que o movimento que delineia o passado, bem como os fatos correspondentes a ele, estrutura o contexto que pode regulá-lo. Dessa forma, o trabalho de construção é feito por diversas gerações e concepções distintas a partir das quais, a história indica que as ações tenham sido realizadas diretamente pela intencionalidade ou por pessoas isoladas ligadas a determinados grupos. De maneira geral, as transformações na sociedade, quando acontecem na prática, não necessitariam de planejamento direto, mas nem por isso seriam isentas de uma ordem de princípio específico.

Depois de pesquisa realizada em arquivos particulares de Rejane Meireles Amaral Rodrigues, foi possível sistematizar a análise de 28 exemplares do jornal *Montes Claros* com edições de 1916 a 1918. Esses foram organizados em uma tabela na ordem cronológica e serão apresentados, na perspectiva da compreensão do seu papel em divulgar a educação escolar em Montes Claros, bem como apresentar as particularidades que envolvem a educação pretendida pela Primeira República no Brasil. Os assuntos dos quais tratam as colunas são os mais variados, desde a substituição de professores até as festas cívicas, as participações de políticos e apresentações de trabalhos por parte dos alunos e alunas.

Ao conceber a ideia de progresso, acredita-se que a imprensa estava a serviço desse ideal no início do século XX, tendo em vista os temas que tratavam de progresso, ligados à urbanização, educação e civilidade, que eram recorrentes em diversos jornais e não era diferente no jornal *Montes Claros*. Nesse âmbito, o crescimento urbano que marca esse período passa a ser um tema tão corriqueiro quanto a política e a educação escolar. É necessário lembrar de que as informações passavam a ter uma maior agilidade com a presença do telégrafo e do telefone, agilizando assim a sua transmissão e divulgação na imprensa jornalística. Dessa forma tais características estavam presentes também no interior e não só nos grandes centros, o que favorecia que os jornais passassem a circular com maior frequência também entre as cidades. Martins e Lucas (2008, p. 83-84).

> A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servi-lhes como simples "reflexo". (MOREL e BARROS: 2003, p. 8-9)

Portanto a imprensa deve ser compreendida não apenas como mera reprodutora de discursos, mas como formadora de opinião e em consequência como grande influenciadora dos comportamentos, ideologias, mentalidades e percepções. A imprensa então é pensada, nessa pesquisa, como uma linguagem capaz de articular grupos políticos, registrar a memória de determinadas regiões e ofertar a "cultura letrada" a determinados grupos sociais. Assim, a temática da educação escolar deve ser abordada ampliando o debate entre o que era legislado e o que era registrado nos jornais. Os jornalistas, a partir desse momento, desenvolveram ações que reconhecidamente os organizam como profissionais de um determinado meio de comunicação, levando também a uma maior credibilidade do que eles escreviam, apesar de que as tendências políticas não se anularam.

Ainda segundo Rodrigues (2001), apesar de não existir a profissão de jornalista regulamentada no período pesquisa, existe uma busca de padronização de modo de se fazer jornal, dessa maneira não só o jornal mudava com o advento republicano, mas também os profissionais do meio jornalístico. Retomando uma perspectiva histórica dos jornais no Brasil, somente em 1938 o governo regulamentou a profissão de jornalista. Anteriormente as pessoas que publicavam nos jornais eram bacharéis, ou aquelas tidas como letradas, que se interessavam pela cidade, pela política local e faziam circular as informações. A profissionalização do jornalista passou a configurar a imprensa como profissão, não mais como forma de entretenimento ou aspecto partidário. Além do profissionalismo, compreende-se que também existia uma nova perspectiva ética, "normas" e um sentido de urbanidade para conduzir a profissão e as informações à sociedade.

Para além da análise sobre educação escolar em Montes Claros, é possível perceber que os jornais do início da República apresentavam recorrentemente edições com o tema das intrigas políticas, bem como os acordos políticos estabelecidos. Em algumas publicações demonstravam que era necessário apresentar tais informações à população pelo fato de a imprensa considerar que o município de Montes Claros ocupava importante espaço

no cenário político da época[14]. Por exemplo, quando o jornal Montes Claros noticiou que o político Camilo Prates[15] visitou a Escola Normal Norte Mineira, e registrou as suas impressões sobre os esforços dos professores e ressaltou a necessidade de um novo espaço para a escola.

Outra notícia que chamou a atenção é a respeito da Festa Comemorativa no Grupo Escolar Gonçalves Chaves de distribuição de diplomas[16]. Enfatiza os discursos dos políticos paraninfos e os trabalhos dos melhores alunos. O Coronel José Rodrigues Prates[17], se dirige aos alunos com um discurso de exalta a figura dos formandos e lhes dá palavras de animação e felicitações. Era comum a presença de políticos nos eventos organizados pelas escolas

A cidade de Montes Claros é apresentada pela imprensa como um local onde os conceitos de progresso estão permeados em todos os meios, a modernidade encontra-se presente em várias ações, e como município desenvolvido, a comunicação era considerada fundamental. A comunicação se dava em rede, com a finalidade de fortalecer pensamentos que fossem parecidos, opiniões que convergissem para o mesmo fim, e dessa maneira fortaleceriam determinadas aproximações geográficas e ideais sociais, políticos, educacionais e das mais variadas demandas.

Os jornais, então, não circulavam somente para atender a interesses de grupos que o compunham, mas com a intenção de dinamizar a cidade, democratizar em parte o acesso às informações e fortalecer os grupos políticos. Ainda segundo Rodrigues (2011), em uma análise da imprensa norte-mineira, esta afirma que:

> Neste debate, de acordo com as minhas análises, os jornais produzidos em e sobre o norte de Minas também apresentavam caminhos para a compreensão de "circuitos e linguagens que constituíam as redes de comunicação". Salientar a cidade ou o sertão foi, para os grupos políticos, que estavam por traz desses jornais, um caminho para se colocarem e se imporem frente aos seus opositores. A "palavra impressa", nesse

[14] Jornal Montes Claros, 14 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

[15] Segundo Hermes de Paula (2007), Camilo Prates é um dos principais líderes políticos da cidade de Montes Claros, e de grande representatividade no Norte de Minas, deputado federal até 1930. Também foi professor de Matemática e Ciências Naturais da antiga Escola Normal. (PAULA: 2007, p. 170)

[16] Jornal Montes Claros, 14 de setembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

[17] O Coronel José Rodrigues Prates, é citado em algumas notícias dos jornais pesquisados, e era uma figura de constante presença nos eventos do Grupo Escolar Gonçalves Chaves. Neste sentido entende-se segundo Porto (2007, p. 66), o coronelismo do referido período republicano traduz-se pela presença constante da figura do coronel, e os elementos que vão interagir, o assistencialismo-paternalista e o clientelismo que se desenvolvem na esfera da máquina administrativa local. Ainda segundo Paula (2007, p. 140), os coronéis Camilo Prates e José Rodrigues Prates eram irmãos, filhos de Hermenegildo Rodrigues Prates e Maria Carlota Chaves que também tiveram mais sete filhos.

> embate, "produzia opinião e divulgava os projetos" pretendidos por esses grupos, tanto entre seus correligionários como entre seus rivais políticos. Ao "construírem memórias", além da disputa do momento, projetavam, também, essa disputa para o futuro. Pois, depois de escritos e materializados, os textos, certamente, teriam suas ideias, pensamento, permanência e circulação; através do elemento jornal, configuradas em objeto. (RODRIGUES: 2011, p. 90)

As redes de comunicação citadas por Rodrigues (2011), compunham-se não só de jornais, mas da circulação das notícias, nas ações políticas, que poderiam dar visibilidade aos interessados em legitimar-se no poder; produziam pensamentos que fomentassem a ideia de certa homogeneidade dos rumos do progresso necessário e almejado pela Primeira República, destacando no contexto do ideal de cidade e todas as nuances que convergiam para esta.

Toda essa temática envolvendo as questões sociais, a política e a educação giravam em torno do que se chama de projeto de nação. No pensamento republicano, considera-se o contexto político regional, e como a educação escolar era apresentada pelos jornais, estando permeada pelas realidades sociais da população. A passagem do Período Imperial para a República no Brasil apresentava-se como uma séria questão de organização da administração pública.

Assim, a nação ideal existia no papel e de, alguma maneira, tinha que passar a existir de fato. A imprensa então se apresenta como de grande contribuição para o projeto da nação, tanto que a circulação de notícias gerava a sensação de unidade. O jornal era considerado instrumento de divulgação desse projeto, por isso publicavam-se informações do litoral no sertão, bem como do sertão no litoral:

> A exemplo disso temos a coluna "**Cartas Cariocas"** do jornal Montes Claros, de 22 de fevereiro de 1917, em que aparece publicação a respeito da onda de calor na cidade do Rio de Janeiro, dando ênfase a atuação de médicos e exaltando a modernidade daquele lugar. A publicação fala também da diferença existente entre ricos e pobres para enfrentarem essa onda de calor, logo depois, passa a noticiar sobre a guerra. (RODRIGUES, 2011, p. 91).

O Jornal Montes Claros, utilizado como fonte para essa pesquisa, apresenta-se como um jornal de linguagem mais acessível aos alfabetizados, procurando estabelecer com os leitores uma proximidade de interesse e opinião, uma vez que as notícias possuem uma linguagem de fácil compreensão, muitas vezes com apelo sentimental, religioso e que levam o

leitor a se perceber como parte de um sistema social, e dentro desse sistema as normas organizacionais influenciam a vida de todos.

Apesar da cidade de Montes Claros estar longe de outros grandes centros urbanos, a imprensa local podia ser entendida com o objetivo de poder proporcionar a retirada dos "moradores do sertão" do "atraso". Aconselhar através de difusão de normatizações, ou noticiando o cotidiano escolar seria a melhor tática, uma vez que não legitimaria os modos de vida existentes na população, mas os regulamentaria a partir dos ideais da Nova República. A imprensa destacava também a importância da escola, comentando o malefício do "ócio" e buscava trabalhar a ideia de que os locais públicos, fora do ambiente escolar eram espaços negativos, para os filhos dos leitores do jornal[18].

Nos jornais analisados aparece um debate permanente sobre o propósito de modernização da cidade de Montes Claros. A partir desse discurso inicia-se também a campanha em favor da construção e ou melhoria de prédios públicos. A cidade precisava de instituições de ordem, escola, hospital e cadeia, que a tornariam moderna[19].

No tocante aos temas abordados pelo jornal Montes Claros, observa-se que não esse não se detinha somente nos assuntos referentes ao governo, mas também publicavam as práticas sociais, escolares, econômicas e religiosas da cidade. Algo significativo e observado nas páginas jornalísticas era que o Estado republicano passava a ser considerado laico, ou seja, sem uma religião oficial. Porém, por diversas vezes, os jornais apresentavam práticas religiosas cristãs católicas no contexto escolar público, possivelmente legitimando a presença da educação religiosa como parte da formação dos novos cidadãos republicanos.

Quanto à comemoração do 1º ano da Escola Normal em 12 de outubro de 1916, o texto destaca o educandário:

> Apenas diremos – porque este fato está na consciência de todos – que o pugillo de trabalhadores que realizou esta obra meritória, da mais elevada significação social, conquistou definitivamente a gratidão do nosso povo, a quem prestou um serviço relevantíssimo, qual o de cuidar do seu futuro, cuidando da educação da mocidade. [...] A Escola Normal, servida pela incansável dedicação de seus fundadores, tem prosperado admiravelmente, impondo-se aos aplausos de nossa sociedade e conquistando justo e invejável renome.[20]

[18] Jornal Montes Claros, 03 de agosto de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.
[19] Jornal Montes Claros, 14 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues
[20] Jornal Montes Claros, 12 de outubro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues

Como pode-se notar a partir do fragmento supracitado, as colunas pesquisadas da imprensa em Montes Claros demonstram, dentre diversas informações, alguns aspectos relevantes do cotidiano escolar da Escola Normal Norte Mineira e do Grupo Escolar Gonçalves Chaves. Por ocasião do aniversário da Escola Normal, o jornal destaca o sentimento de gratidão do povo, não só daqueles inseridos no meio escolar, da ênfase também à prosperidade representada pela escola, e como a presença da mesma tinha importância na sociedade.

2 – CULTURA ESCOLAR, ENTRE TEORIAS E NOTÍCIAS

Este capítulo pretende analisar o processo de construção da História bem como as nuances que a compõe. Enquanto interpretação histórica, compreende-se que essa é tão diversa quanto a cultura, capazes de apresentar uma ou mais abordagem que podem explicá-las.

Pretende-se apontar a construção da história delineada na pesquisa a partir das interpretações sócio-culturais da história, em uma perspectiva da *Escola dos Annales*, apontada por Vainfas (1997), onde esse contempla a renovação historiográfica através das fontes, métodos e interpretações que o historiador pode utilizar para desenvolver o seu trabalho.

A partir do pensamento de Dominique Julia (2001), busca-se conhecer as diversas interpretações da cultura escolar, em uma perspectiva plural, pois mesmo buscando tornar homogêneos os pensamentos e as ações daqueles sujeitos ligados às instituições escolares, o processo se torna heterogêneo quando se aplica ao cotidiano. Ao longo dessa pesquisa detecta-se que a construção das culturas escolares se solidificaram a partir do processo contínuo de aprendizado tanto por parte dos alunos, como professores, aqueles que estavam à frente das instituições educacionais. Em muitos momentos observa-se que as ações desenvolvidas no ambiente escolar, com as mais diversas intenções, tratavam, principalmente no período abordado, da preocupação de se formar o sujeito civilizado e manter o Estado como provedor-mor da vida da sociedade.

Também são abordadas as questões referentes à escolarização em Montes Claros (MG). Nesse item serão apresentadas as duas principais instituições educativas públicas presentes na cidade no período que abarca essa pesquisa: o Grupo Escolar Gonçalves Chaves (fundado em 1909) e a Escola Normal Norte Mineira (em funcionamento de 1915 a1918). Tais instituições merecem destaque por meio da quantidade de notícias sobre elas contidas no Jornal Montes Claros. Além disso, estas instituições educativas eram consideradas como aquelas mais importantes, bem como podem ser entendidas como referenciais para difundir e efetivar os objetivos civilizatórios da Primeira República no Brasil.

2.1 – A construção histórica a partir de uma interpretação sócio-cultural

Para conceber a perspectiva histórica dessa pesquisa, recorre-se à "Nova História", movimento este resultante da Escola no *Annales*, que surgiu na França no final da década de 1920, e previa a renovação da História, combatia a História narrativa do acontecimento, priorizando a "história problema", dava assim importância às atividades humanas e não à dimensão política. Esse movimento surgiu em contraponto ao positivismo, pois possibilitava diversas interpretações e busca de novas fontes para se escrever a História. Bloch (2001) afirmava que não seria possível reduzir "a história como a ciência do passado", uma vez que essa é feita com e para o homem. O historiador deve buscar vestígios humanos e suas práticas em todos os lugares. Ronaldo Vainfas (1997) aponta que os *Annales* não procuravam impor um novo dogma, nem uma nova filosofia da história, mas sim convidava os historiadores a mudarem seus métodos de trabalho; ela não os amarrava a uma teoria rígida e abria-lhes novos horizontes.

Vainfas (1997), desenvolve sua concepção centrando-a no debate entre História da Mentalidades e História Cultural, sendo que a primeira é apresentada em uma consideração de Roger Chartier (1988) como uma forma de suprimir e condicionar as mentalidades como objeto da história, de forma que possa equilibrar e estabilizar sentimentos de uma dada sociedade, causando assim compreensão de uma pluralidade de sistemas e crenças que coexistem no interior de uma mesma cultura. Na segunda perspectiva, a da história cultural, Vainfas (1997), delineia seu pensamento a partir da interpretação da Cultura Popular, como proposta por Carlo Ginzburg:

> A cultura popular, segundo Ginzburg, se define antes de tudo pela sua oposição a cultura letrada ou oficial das classes dominantes, o que confirma a preocupação do autor em recuperar o conflito de classes numa dimensão sociocultural globalizante. Mas a cultura popular se define também, de outro lado, pelas relações que mantem com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida. E a proposito desta dinâmica entre os níveis culturais, popular e erudito — já que também a cultura letrada filtra a sua moda os elementos da cultura popular —, que Carlo Ginzburg propõe o conceito de circularidade cultural. (VAINFAS: 1997, p. 225)

Partindo do pressuposto apontado pelo fragmento supracitado, considera-se então que a formação de uma cultura popular, emana do conflito de classes sociais dominantes e subalternas, sendo esta o resultante da sistematização de dois pontos de vista. O primeiro representado pela cultura do povo, não-oficial, e o outro formatado pelas classes e uma cultura dominante que passa pelo filtro dos valores e condições de vida daqueles que estão

inseridos em uma sociedade. Assim, Carlo Ginzburg (apud Vainfas,1997), propõem o conceito de circularidade cultural, sendo esse representado pelo trânsito entre o popular e o erudito existentes em todos os meios sociais.

2.2 – Cultura escolar – Construção e desconstrução da cultura do cotidiano

Em se tratando de cultura escolar e o que essa representa no contexto da Primeira República recorre-se à concepção defendida por Dominique Julia (2001), na qual o autor desenvolve a seguinte definição:

> É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que entendo aqui por *cultura escolar*; tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA: 2001, p. 10)

O autor define que a "cultura escolar" não se encontra inerte em relações pacíficas, mas em contextos conflituosos e pontos de embate que compreendem cada período por ela vivenciado. Ao delinear as estruturas por ela inseridas na sociedade vislumbra-se a presença de diversas interpretações: religiosa, política, popular. Tais interpretações remetem ao cerne do problema: estando as culturas presentes em todos os meios da vida cotidiana, na a formação cultural dos sujeitos, essa se coloca um instrumento perspicaz de manutenção do *status quo* organizado pelo Estado.

As questões referentes às normas, práticas e finalidades também se fazem presentes, onde as mesmas definem o sentido do trabalho e fazem parte tanto no contexto social como educacional, assim a escola então pode ser apontada como catalisadora destas normatizações.

Julia (2001) ainda defende que as questões da cultura escolar extrapolam os limites da escola e, em sentido mais amplo, influenciam nos modos de pensar e agir das sociedades:

> Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se

> encontra a escalada dos dispositivos propostos pela schooled society que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e seus ritos contra a qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. Ousaria eu uma questão provocadora? Dispomos, hoje, de instrumentos próprios para analisar historicamente esta cultura escolar? [...]. (JULIA: 2001, p. 11),

Nesse fragmento, o autor orienta que os processos escolares estão presentes em todo o contexto da vida das pessoas, para além dos limites da escola, e determinam todo o contexto social que os indivíduos se inserem, bem como as práticas por eles vividas. O estabelecimento de ensino normatiza as condutas, os campos dos saberes, competência e habilidades que estruturam a identidade social. Além disso, a escola seria o local de transição da cultura familiar para a cultura escolar. Nesse sentido, os conceitos familiares e os costumes trazidos de casa passam a ser também normatizados pelas práticas difundidas nos meios escolares. Essas terminologias dizem respeito ao condicionamento e homogeneização da sociedade às regulamentações e ideologias que são constituídas e impostas pelos aparelhos ideológicos dos Estados brasileiros da Primeira República. A escola, como instituição ideológica, continuou produzindo e reproduzindo as desigualdades herdadas do Império, o que se percebe em praticamente todo o cotidiano.

Segundo Julia (2001), existe uma representação dicotômica da escola que, por um lado transmite a imagem de um espaço ideal, divulgado nos meios de comunicação e pretendida pelo Estado, por outro, uma escola real, com conflitos e enfrentamentos, que viabiliza a apropriação e reprodução dos condicionamentos impostos pelo Estado.

Julia (2001) aponta que a cultura escolar abre a “caixa preta” da escola, pois busca entender o que acontece nesse espaço particular. Deve-se pensar que tudo o que ocorre na sociedade já está permeado na escola, pois existe no cotidiano e muitas vezes não é observado, dentro de um mesmo sistema.

> Falando de modo geral, uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e suas legitimação dogmáticas. Uma prática de ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. (CERTEAU: 1998 , p. 79)

Os sistemas então são uma espécie de “resistência” à criação do estado de fato e a legitimação dogmática que possa existir. As práticas que são inseridas em uma sociedade podem não significar premissas culturais e costumes do cotidiano da mesma, em um sentido

de cultura popular. Dessa forma o autor aborda que as forças que compõem a criação do cotidiano são desiguais, ele exemplifica ainda que as habilidades dos sujeitos em determinado local podem não ser de grande valia se o mesmo se encontra em outro contexto social.

A criação das tradições, inseridas nesses sistemas, visam organizar o cotidiano social e buscam interagir com os sujeitos envolvidos, a constituição de uma unidade política e de desenvolvimento.

> As lembranças, signos, símbolos, hinos e monumentos que retratam e configuram-se em tradições inventadas pelo Estado Republicano, no intuito de tornarem-se junto a tantas outras, fontes fundadoras da identidade nacional. As comemorações de datas e seus símbolos permitiram afirmar a existência de uma unidade política, e sua continuidade temporal mesmo vista com valores do presente (MOTTA Apud MOREIRA, 1999, p. 8).

As tradições inventadas pelo Estado Republicano através dos signos, lembranças, hinos, monumentos, representam a fundação da uma nova identidade nacional. Desta forma, a história das instituições escolares e suas representações modernas apresentam uma dimensão das representações em suas características mais adequadas ao novo regime governamental. Compreende-se então o cotidiano escolar como um resultado dos conflitos de interesses individuais e coletivos, onde se destacam os limites mas também as potencialidades de cada indivíduo e a sua formação.

Nessa abordagem, De Certeau (1998), desenvolve sua teoria direcionando a uma interpretação do cotidiano a partir do conhecimento de uma cultura popular, e analisa seus sistemas.

> Ela se distingue dos estudos, de corte mais tradicional, que abordam os enunciados das lendas, provérbios etc. ou, de modo mais amplo, a forma objetiva dos ritos ou comportamentos, visando construir um *corpus próprio* da cultura popular e aí analisar os termos variáveis de funções invariáveis em sistemas finitos. Entre essas duas óticas, divergem os postulados e os métodos. Onde uma se esforça para encontrar os tipos de *operações* que surgem das conjunturas históricas, a outra prefere identificar os equilíbrios estruturais cuja constância se manifesta diversamente em cada sociedade. (CERTEAU: 1998, p. 80)

Com base nesse fragmento, entende-se que a cultura popular é o “corte mais tradicional” de uma sociedade, é a forma que torna possível encontrar e conhecer do cotidiano através das variáveis de comportamentos, e dos sistemas existentes. As “operações” citadas pelo autor auxiliam essa pesquisa no esclarecimento que o cotidiano está intrinsecamente

ligado tanto às conjunturas históricas quanto aos equilíbrios estruturais necessários à constituição e compreensão da sociedade.

Assim, é possível verificar que na realidade do início do Brasil República, quando os indicadores apontavam para um baixo índice de alfabetização, necessitava-se que o Estado sistematizasse instrumentos que levassem a escolarização para outros lugares, além dos grandes centros urbanos.

Quando trata-se da cultura escolar aqui abordada, os dados são interpretados a partir das informações aferidas na imprensa local da época. Nos artigos de jornais, percebe-se, então, que os esforços empreendidos pelas notícias veiculadas neste meio de comunicação demonstram os dados dos educandários e levam àqueles que possuem capacidade leitora a política civilizatória da República.

Nesse âmbito, os autores José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcelo Basille (2014) na obra *Guerra Literária: Panfletos da Independência*, em uma das temáticas desenvolvidas, abordam que os panfletos informativos que circulavam no Rio de Janeiro, ainda na primeira metade do século XIX tinham grande função de informar a população em geral sobre fatos e notícias ocorridas na sociedade, e mesmo aqueles que não dominavam a leitura e a escrita podiam se apropriar das informações, pois em determinados locais, havia o que pode-se chamar de leitores públicos dos jornais em circulação.

Com base nessa ponderação, compreende-se que tal prática poderia ser reproduzida em outras regiões. Dessa maneira as informações poderiam alcançar uma parcela maior da população influenciando nos modos, práticas cotidianas e nas experiências de vida.

Julia (2001) direciona a sua análise da cultura escolar destacando três eixos principais, os quais também serão desenvolvidos nesta pesquisa:

> Gostaria de desenvolver minha exposição segundo três eixos que parecem vias particularmente interessantes de serem seguidas para o entendimento do objeto do qual nos ocupamos hoje: a primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares. (JULIA: 2001, p. 19)

Em se tratando de Brasil na Primeira República, o primeiro eixo apontado por Julia (2001) remete ao contexto de normatização e de civilidade presentes na sociedade republicana. Tais normas estão em consonância com Faria Filho (2000), que aponta que nesse contexto a “educação era pelo e para o trabalho”, assim buscando organizar todos os

processos pelos quais se poderia formar o cidadão trabalhador, principalmente em se tratando das crianças mais pobres.

A segunda via fala da questão dos trabalhadores da educação. Existia no início da República no Brasil um processo pelo qual os trabalhadores da área se reconheciam e eram organizados de maneira a serem denominados como trabalhadores (as) da educação, professores, diretores, etc. Esse foi o momento da profissionalização e da feminilização do magistério, o que envolveu a expansão das Escolas Normais para formar os futuros docentes. Havia ainda uma prioridade para o trabalho feminino desde o final do século XIX, como afirma Rosa Fátima de Souza (1998):

> A utilização do trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando forma em toda parte no final do século XIX, tendo em vista a necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais para atender à difusão da educação popular mantendo-se salários pouco atrativos para os homens. Em compensação, viria a se constituir num dos primeiros campos profissionais "respeitáveis", para os padrões da época, abertos à atividade feminina. (SOUZA: 1998, p. 62)

Já o terceiro eixo, refere-se ao currículo[21], em que se pode perceber que a organização republicana direciona a escola para que essa possa contemplar um currículo específico, e não mais seriam os professores os responsáveis por determinar como e o que ensinar, mas sim os manuais e cartilhas organizados pelo Estado.

> Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas "inovações" que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições. (JULIA: 2001, p. 34)

Assim, o autor acima citado aponta uma evolução de tais disciplinas, pautadas em normas e elementos que congregam a importância dos conteúdos ensinados, aos exercícios, práticas e motivações caracterizando as estimulações feitas aos alunos. Determinadas circunstâncias provocam mudanças pontuais nos hábitos do cotidiano.

Diana Vidal (2005) reafirma a premissa de que a forma de estruturação dos currículos escolares promovia e legitimava a transposição das experiências humanas, em detrimento da consolidação do currículo oficial:

---

[21] Por currículo entende-se a organização e as orientações relativas ao cotidiano da escola, da aprendizagem bem como as formas como tais ações devem ser executadas. O currículo em uma perspectiva ampla contempla referenciais teóricos que são subsídios às ações práticas do ambiente escolar. (YOUNG: 2014, p. 195-197)

> É com efeito um trabalho de reinterpretação e reavaliação contínua do que devia ser conservado, ao lado de um movimento de esquecimento de parcelas da experiência humana, que se operaria a seleção, na herança cultural, de conteúdos tidos como imprescindíveis à educação do homem e fundamentais à percepção da sociedade, incluídos no currículo escolar. Essa seleção decorria de fatores sociais, políticos e ideológicos, que, de acordo com o autor, comportam algo arbitrário, e de constante questionamento da escola legada pelos antepassados, e se realizaria pelo entrecruzamento de ações institucionais (currículo oficial), docentes (currículo real) e discentes (currículo aprendido?). Far-se-ia acompanhar, ainda, de uma transformação do conhecimento produzido pela academia. E nesse sentido, não apenas recorta saberes e materiais culturais disponíveis em um dado momento na sociedade, mas efetua a reorganização e reestruturação desses saberes, perante a necessidade da transposição didática. (VIDAL: 2005, p. 30)

Nesse fragmento, Vidal (2005) apresenta uma reflexão sobre a dicotomia existente entre o currículo oficial e o currículo real, demonstrando um conflito em curso em que se defrontavam os modos reais de vida, as situações concretas entre o alunado e os educadores e a visão idealizada incutida nas instituições através do currículo oficial. Quanto ao currículo apreendido esse perpassava pelas experiências de vida dos discentes, bem como as condições que os mesmo tinham de aprendizado, dedicação à escola e como as famílias priorizavam ou não a educação escolar.

Tais considerações desenvolvidas por Vidal (2005) remetem à construção da diversidade de culturas que compõem o ambiente escolar. Essa diversidade se caracteriza pela heterogeneidade dos contextos sociais em que cada indivíduo está inserido, além do legado político e ideológico que os formam. Os currículos representam entrecruzamentos de ideologias que na prática proporcionam o aprendizado ou a formação do indivíduo cultural e socialmente.

Vidal (2005), ainda explana a respeito da transposição didática em concordância com as ideias de Forquin (1992), onde diz que existem três pontos principais: a relação entre a arte de se ensinar e a arte de inventar, cabendo ao professor levar ao conhecimento do aluno o conteúdo interpretado pela ciência, bem como respeitar o seu contexto social e a sua capacidade de aprendizado; em um segundo momento, ocorreria a interiorização, onde se prioriza formas de repetição e assimilação, e por fim os imperativos institucionais como exercícios e mecanismos de controle.

Consolidando as suas percepções sobre cultura escolar, Dominique Julia (2001) afirma que essa provoca rupturas que se vivenciam e se podem questionar ao longo dos seus estudos. O termo vai ao encontro das interpretações do cotidiano social, mas também pode normatizar através do que se aprende na escola e a vida em sociedade; a cultura escolar então

pode romper com culturas vividas e sistematizadas, ou seja, com a tradição, e homogeneizar os hábitos em detrimento de um interesse maior, nesse caso, o Estado.

2.3 – A escolarização enquanto instrumento normatizador da educação e a vida na cidade de Montes Claros

Ao pensar a organização da escola e tal cotidiano escolar no início do século XX, percebe-se o baixo acesso aos educandários em Montes Claros. A partir da análise da obra de Brito (2006), na qual esse aponta que as escolas na cidade de Montes Claros no início do século XX não atendiam à maioria da população, sendo que as poucas escolas existentes eram particulares e com preços de mensalidade exorbitantes para a época, deixando uma parcela considerável de filhos de trabalhadores à margem desse benefício educacional. As principais instituições educativas eram a Escola Normal Norte Mineira (1915-1918) e o Grupo Escolar Gonçalves Chaves (1909), além das Escolas Anexas[22].

A escolarização no Norte do Estado de Minas Gerais no início do século XX, assim como em outras regiões do país da dimensão do Brasil, teve suas particularidades. O processo de escolarização em vários locais se caracterizava especialmente pela heterogeneidade no que tange aos espaços urbanos.. No início do século XX, Montes Claros ainda se estruturava no contexto urbano, pois tinha muito da tradição rural, presente no Império, que perpassava a vida e os costumes da sociedade. A escolarização portanto, vinha de encontro à normatização dos modos de vida em um processo contínuo de civilidade do país.

A criação das Escolas Normais então atendia a uma demanda da legislação anteriormente citada, que tinha como finalidade a formação de professores para atender o exercício do magistério. Sobre a criação da Escola Normal em Montes Claros a autora Sarah Jane Alves Durães (2009), afirma que:

> De início, cabe-nos ressaltar que, até os dias de hoje, a Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro de 1º e 2º graus, outrora Escola Normal de Montes Claros, tem como indefinida a data precisa de sua criação. Para alguns, fora criada em 1872, para outros, em 1880. Quando iniciamos o levantamento dos dados, consideramos a primeira data apenas como uma hipótese e, embora tenhamos nos esforçado para levantar dados a

[22] Segundo Lage (2007), a escola anexa funcionava como um lugar de desenvolvimento de aulas práticas da Escola Normal. Existia a Escola Anexa Feminina e a Escola Anexa Masculina. Ambas ofereciam o ensino primário, tendo um professor público responsável por controlar, direcionar e avaliar as atitudes dos alunos normalistas estagiários. (LAGE: 2007, p. 68)

> esse respeito no Arquivo Público Mineiro, nosso empenho fora em vão. Afinal, conforme dados levantados, a Escola Normal de Montes Claros foi criada pelo art. 97, do Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879, que se baseou na autorização contida no § 8º do art. 3º da Lei Provincial nº 2476, de nove de novembro de 1878. Posteriormente, foi suprimida em virtude do Decreto nº1788, de 31 de janeiro de 1905 e efeitos da Lei nº 394, de 28 de setembro de 1904. (DURAES: 2009, p. 2)

A criação da Escola Normal, veio de um período anterior ao abordado por essa pesquisa, desde os tempos Imperiais já havia esta preocupação com a instrução na cidade. Como citado também por Rodrigues (2011), uma das formas de dar sentido de modernidade à cidade era a fundação de instituições que pudessem instrumentalizar a presença do Estado na vida das pessoas.

A Escola Normal Norte Mineira[23] também ganha destaque nas notícias do período pesquisado e proporciona que mais pessoas estejam inseridas no processo de escolarização, segundo Sarah Jane Durães (2009), a Escola Normal também é grande contribuidora desse movimento que contemplava a escolarização e instrução no Norte do Estado de Minas Gerais. Apesar de que no período pesquisado em consonância ao funcionamento da Escola Normal, com o nome de Escola Normal Norte Mineira, a instituição segundo Brito (2006), era privada, com altas mensalidades, não proporcionando assim o acesso à educação escolar aos filhos dos trabalhadores urbanos de menor renda.

As Escolas Normais proporcionaram uma acesso maior das mulheres à educação. Ao tratar da profissionalização do magistério deve-se dar destaque à presença feminina nas escolas preparatórias para esse fim. Lage (2007), afirma que o aumento da escolarização feminina proporcionou um aumento da profissionalização do magistério, desenvolvendo considerações a respeito do assunto no tocante às características inerentes às mulheres (constância, paciência, resignação, caráter e ternura maternal), sendo que a feminilização do magistério se entende, portanto como a ocupação por mulheres dos espaços nas instituições educacionais.

Jane Soares de Almeida (2014, p. 13), demonstra que uma das formas que as mulheres viam de dissociar a sua vida às imposições religiosas, sociais, familiares e outras, era a possibilidade de exercer uma profissão através do magistério, o que se torna posteriormente outra forma de opressão, pois a organização escolar e o que poderia ser aprendido e ensinado às mulheres eram ditados por homens. Para elas cabiam as “disciplinas

[23] Foi Escola Normal de Montes Claros, de 1879 a 1905; Escola Normal Norte Mineira, de 1915 a 1918; Escola Normal Melo Viana, de 1925 a 1928; Escola Normal Oficial de Montes Claros, de 1928 a 1938; a partir de 1949, reabre com o mesmo nome e posteriormente passa a ser reconhecida como Colégio Escola Normal Oficial Prof. Plínio Ribeiro-CENO; em 1968, como Colégio Estadual Prof. Plínio Ribeiro; e, finalmente, a partir de 1973, Escola Estadual Prof. Plínio Ribeiro de 1º e 2º graus.(DURÃES: 2003, p. 1)

femininas", de economia doméstica, culinária, etiqueta e similares. Era impossível dissociar a figura feminina dos cuidados com o lar e com a família. Também observa-se o braço de um Estado que mantém o seu molde na hegemonia do patriarcalismo, ou seja, o poder concentrado nas mãos dos homens.

> Um detalhe importante nessa instituição escolar foi o predomínio de estudantes do sexo masculino. Por fim, diferentes grupos se apropriaram da escola como lócus de propagação de um ideário, o que ajudou a redefinir atributos do trabalho docente. Ideias antagônicas coexistiram: por um lado a defesa de uma educação aos moldes do Império, por outro lado a proposta de instituir o novo, o moderno, o progresso. (BARROS: 2014, p. 3-4)

Mesmo assim, segundo Almeida (2014, p. 14), o magistério se torna uma grande possibilidade para as mulheres, afirmando que "a possibilidade de se profissionalizarem através do magistério primário foi um meio das mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a obrigação de viver da caridade alheia".

O enfoque dessa profissionalização perpassa a narrativa dos trabalhos escolares desenvolvidos por meninos e meninas, uma vez que para eles eram dados os trabalhos mais técnicos, manuais e de cálculos e às meninas os trabalhos ligados aos afazeres domésticos, ao trato do lar e da família, o que é possível verificar posteriormente nos dados sobre as festas escolares.

Algo importante a se refletir é sobre a profissionalização do magistério no inicio da República, uma vez que o educador era formado para que pudesse através da sua atuação formar cidadãos de uma república que surgia. Sobre a formação de professores, Veiga (2007), aponta que:

> Ao concluir os cinco anos de curso, o aluno recebia habilitação como professor primário – um pré-requisito para prestar concurso e lecionar nas escolas públicas. Após cinco anos no exercício da função, o professor se tornava catedrático e o cargo, vitalício. Já aqueles que frequentassem apenas as três primeiras séries e comprovassem um ano de magistério podiam atuar como professores adjuntos, auxiliando e substituindo os catedráticos ou exercendo o cargo de interinos na falta de professores primários. (VEIGA: 2007, p. 248)

Essa organização visava promover a formação dos professores e atender às necessidades das diversas regiões no início do século XX. As Escolas Normais então se tornaram espaços propícios para que se proporcionasse a instrução necessária para aqueles que teriam a tarefa de educar.

Na história dessa profissão aparece então um tipo de formação que não buscava formar profissionais, mas atender à uma demanda educacional, sendo que as exigências

formativas não pareciam ser tantas em se tratando de quem atuaria em sala de aula, mas de sobremaneira a postura social, política, e também muitas vezes religiosa.

Segundo Faria Filho (2000), entre os deveres sociais de uma boa professora estariam:

> [...] O respeito às autoridades e às leis, evitar o vício (fumo, álcool jogos, principalmente), entre outros, que, conforme vimos, eram considerados comportamento fundamentais da ordem escolar e social, que se queria produzir. Tudo isso nos remete, sem dúvida, para a figura da professora como exemplo tanto na escola como no meio social onde esta se insere, mas não apenas a isso. Como, por exemplo, não relacionar o "ser moralizada" e o "gozar de boa fama" com um movimento de defesa e afirmação do magistério como uma "nobre função cívico-social". [...] (FARIA FILHO: 2000, p. 126)

Nesses diferentes meios, a profissionalização docente é construída, e passa por um processo de consolidação. Em sua relação com o contexto sociocultural e político, os professores buscam uma autonomia de atuação, pois o Estado agora normatiza a educação, não mais o professor define o currículo, materiais, horários e métodos. A Constituição Republicana (1891) definia que o professor das escolas públicas passava a ser um servidor público, controlado por inspetores.

No início do século XX, em Minas Gerais foram criados os primeiros Grupos Escolares[24], o que foi uma tendência não só no Brasil, mas pode ser considerado como um fenômeno ocorrido desde o final do século XIX, em diversos países do mundo ocidental.

> Os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professor e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais). Assumiu especial nas quatro primeiras décadas republicanas, a posição de escola de verdade (Tyack e Cuban, 1999) a uma parte da sociedade brasileira, para a qual funcionou como símbolo de coesão e *status*. (VIDAL: 2006, p. 9-10)

A implantação dos grupos escolares pode ser entendida como uma forma de organizar não só o contexto educacional, mas também a sociedade como um todo. Nesse cenário, o pensamento republicano estava centrado no homem, portanto, sendo a escola o espaço de formação do indivíduo, sendo que o modelo a ser construído para a nova sociedade republicana deveria ser gestado no espaço escolar, com o intuito de formalizar, civilizar, e moralizar a sociedade emergente. No pensamento da "escola de verdade", o Grupo Escolar então representava a concretização de um modelo que institucionalizava a instrução dentro dos moldes da República.

---

[24] Minas Gerais. Lei nº439 – de 28 de setembro de 1906.

As Escolas Normais e os Grupos Escolares representavam então o crescente movimento na República em defesa da instrução. A respeito desse movimento Faria Filho (1996) afirma que:

> O crescente movimento em defesa da instrução como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que viu-se sobremaneira fortalecido com a proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de re-fundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada. Tal escola, assim representada, não poderia levar avante tarefas tão complexas como aquelas projetadas para a mesma. (FARIA FILHO: 1996, p. 39)

Tal crença de atribuir poder à escola era fortalecida pela ideia de se instituir os grupos escolares, já que a partir desse novo formato na instituição escolar, seria possível um maior controle de padronização e racionalização do trabalho. Também se proporcionaria o atendimento a um maior número de alunos ao mesmo tempo.

A partir da necessidade de organizar o ensino no Estado de Minas Gerais, o então chefe do governo mineiro, João Pinheiro, regulamentou a reforma de 1906. Reforma essa que, dentre outras providências, estabelecia a criação de um novo modelo de instituição primária, baseado na fundação dos Grupos Escolares e não mais nas escolas existentes nas residências dos professores. Os Grupos Escolares, a partir de tal legislação ficaram responsáveis para instrução escolar nas principais cidades. Assim, a legislação determinada por João Pinheiro, na Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906, determinava:

> Lei nº439 – de 28 de setembro de 1906
> Autoriza o governo a reformar o ensino primario, normal e superior do estado e dá outras providencias.
> O povo do estado de Minas Gerais por seus representantes decretou, e eu em seu nome, sancionou a seguinte lei:
> ART. 1º Fica o governo de Minas Gerais autorizado a reformar o ensino primario e normal do estado, de modo que resolva seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.
> ART. 2º A reforma será feita sobre as bases da presente lei
> ART. 3º O ensino primario – gratuito e obrigatório – será ministrado em:
> I - Grupos escolares
> II- Escolas – modelo annexas às escolas normais
> ART. 4º O governo empregará os esforços possiveis para a difusão do ensino em todos os nucleos de população.
> ART. 5º Serão adaptadas medidas adequadas e efficazes para que a instrucção primária se torne realmente obrigatória, determinando-se a idade escolar e isenções. [...][25]

[25] MINAS GERAIS, Lei que cria os grupos escolares, 1906, p. 20. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=439&comp=&ano=1906. Acesso em: 26 de janeiro de 2017

Também foi assinado o Decreto n. 1.960 de 16 de dezembro de 1906 que aprovou o regulamentava a instrução primária e normal do Estado, complementando as alterações mencionadas pela lei acima descrita. Além de outras providências, o Regulamento aprovado em 1906 pelo Decreto n. 1.960[26] legitimou a presença dos grupos escolares, como é possível verificar, em seu art. 15, a seguinte observação acerca da presença dos grupos escolares: "O ensino primário ministrado pelo Estado será dado em: I Escolas Isoladas; II Grupos Escolares".

Segundo Caldeira e Gil (2011), as escolas isoladas eram o tipo de escolas mais comuns no início do século XX, estas instituições tinham o número médio de 50 alunos, porém não atendiam aos pressupostos governamentais objetivados pela República, geralmente essas escolas funcionavam na residência dos próprios professores e não tinham o grande controle do Estado. Já o Grupo Escolar, vem de encontro a organização sistêmica da escolarização no Estados, o Grupo Escolar representa neste sentido um tipo especial de escola que deve se tornar um novo modelo de educação escolar.

Assim foram criados os grupos escolares, instituições de ensino que apresentavam uma arquitetura própria e normas de funcionamento bem específicas. Para compreender a função organizadora da arquitetura escolar recorre-se à análise de Antonio Viñao Frago e Benito Escolano:

> [...] Em primeiro lugar, se deverá considerar sua localização ou adequação em relação a outros espaços e lugares; depois, o local ou o território ocupado e a distribuição, no mesmo, das zonas edificadas e não edificadas e, assim, seguir progressivamente, desde essas últimas até a sala de aula, passando pelo edifício em seu conjunto e sua distribuição interna em diversos espaços e usos. Além disso, entre um espaço e outro será necessário considerar as áreas de transição – pórticos, corredores, áreas de espera. [...] Mas antes é preciso analisar a projeção espacial do estabelecimento de ensino e as relações com o seu entorno; isso é sua área de captação e influência, aquela determinada pelas características e procedência geográfica e, portanto, social, de seus alunos. (FRAGO e ESCOLANO, 2001 Apud: FONSECA: 2004, p. 19).

Essas normas supracitadas caracterizavam as adequações que os espaços escolares necessitavam ter, a ocupação dos espaços, o uso dos mesmos, bem como a localização da instituição escolar. Necessita-se destacar que uma das preocupações era como o entorno do estabelecimento de ensino poderia influenciar na troca existente entre o que a escola poderia oferecer, mas também às influências externas que essa poderia sofrer. Era importante para o

[26] MINAS GERAIS. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

momento que a procedência, em várias perspectivas, fosse observada e nela se organizasse o ambiente escolar.

A pesquisa então desenvolvida por Fonseca (2004) contempla que a escola deveria se nortear além do já mencionado em princípios pedagógicos, arquitetônicos, médicos e sanitaristas. A reforma então que reorganizava o sistema de ensino, com caracterização dos prédios, profissionais e sistemas de ensino foi implementada por João Pinheiro no ano de 1906:

> A reforma João Pinheiro promoveu uma alteração de direção da educação primária, implicando [...] mecanismos de participação dos municípios por meio dos edifícios escolares, centralidade à inspeção como a alma da educação escolar, eleição da arquitetura escolar como expressão simbólica do republicanismo, privilégio à reestruturação de programas de ensino. [...] (ARAÚJO: 2006, p. 241)

Em boa parte das localidades do Estado a criação dos Grupos Escolares não demorou tanto, como é o caso da cidade de Montes Claros. No ano de 1908 foi idealizado, e em 1909 foi implantado o primeiro Grupo Escolar da cidade de Montes Claros, pouco mais de dois anos após a lei que criava os Grupos Escolares no estado de Minas Gerais ser instituída. As primeiras discussões sobre a criação do Grupo Escolar em Montes Claros ocorreram em 1908, em reunião da Câmara Municipal. Vianna (1964, p. 119) aponta que "A requerimento dos vereadores: Antonio Augusto Spyer, Manoel Rodrigues de Moraes e Antonio dos Anjos, reuniram-se a Câmara Municipal de Montes Claros para tratar de agua e luz e installação de um Grupo Escolar na cidade (6 de outubro de 1908)".

A criação do primeiro grupo escolar de Montes Claros foi assinada, no dia 05 de janeiro de 1909 através do Decreto n. 2.352:

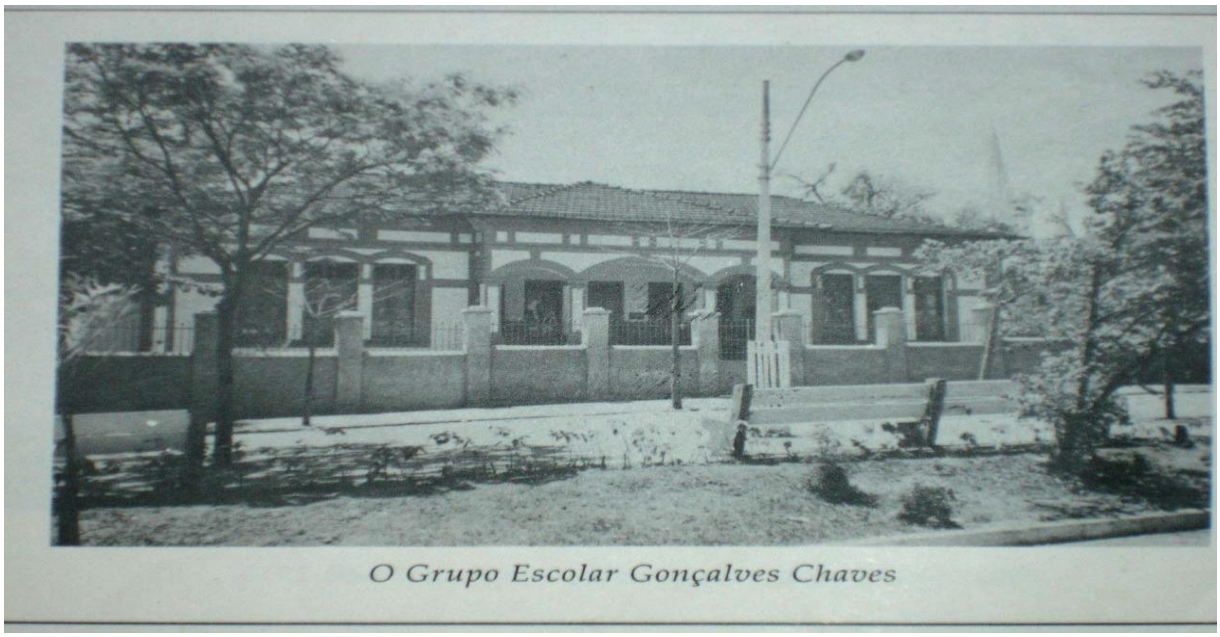
> **DECRETO N. 2.352 – DE 05 DE JANEIRO DE 1909.**
> Crea o grupo escolar da cidade de Montes Claros
> O vice-Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o disposto no art. 22, combinado com o art. 45 do regulamento que baixou com o dec. n. 1960, de 16 de dezembro de 1906, resolve crear o grupo escolar da cidade de Montes Claros.
> Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 5 de janeiro de 1909.
> JULIO BUENO BRANDÃO
> *Estevão Leite de Magalhães Pinto* (MINAS GERAIS, Decreto que cria o grupo escolar de Montes Claros, 1909. Apud: DURÃES; FREITAS: 2011, p. 3)

Segundo Durães e Freitas (2011), sobre a denominação do Grupo Escolar sabe-se que, em um primeiro momento, foi intitulado como Grupo Escolar de Montes Claros, entretanto, posteriormente, recebeu o nome de Gonçalves Chaves[27].

> Pelo decreto estadual n. 2.352 é criado o primeiro Grupo Escolar da Cidade de Montes Claros, que tomaria o nome de Gonçalves Chaves em homenagem ao grande jurisconsulto montesclarense dr. Antônio Gonçalves Chaves. O referido estabelecimento de ensino seria instalado a 22 de julho de 1909 [...] (VIANNA: 1964, p. 20)

Uma vez aprovado o decreto pelo governo do Estado, esse determinou que era função do Município propiciar uma contrapartida para a instalação da instituição naquele local. Dessa forma ocorreu a preocupação em providenciar um local adequado para o funcionamento do Grupo Escolar. Dentro de um valor fixado pelos representantes montesclarenses foi adquirido então um edifício para nele funcionar a instituição de ensino primário.

Figura 1 – Grupo Escolar Gonçalves Chaves



Fonte: Colares e Silveira (1995, p. 53, Apud: Durães e Freitas: 2009, p. 6)
Grupo Escolar Gonçalves Chaves: Prédio próprio

[27] Antônio Gonçalves Chaves nasceu em Montes Claros e cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu a magistratura em sua cidade natal, deixando-a para ingressar na política. Foi escolhido para presidente da província de Santa Catarina, interrompeu suas funções nesse cargo a fim de ocupá-lo no Estado de Minas Gerais. Como presidente da Província de Minas Gerais, realizou obras significativas, como a criação de escolas e regulamentação da instrução pública (BRASIL, 1980a). Sempre esteve preocupado com o ensino e envolvido em ações voltadas para a educação, como afirma Brasil (1980a, p. 195): "Sua atenção, sempre voltada para o setor educacional, preparou a instalação da primeira Escola Normal de Montes Claros da qual foi o primeiro Diretor." (DURÃES, FREITAS: 2011, p. 3)

Tal legislação educacional, por meio da regulamentação da instrução pública, aponta uma relação direta entre a necessidade de apoio financeiro por parte do Estado e o modelo de educação pretendido pelo menos para que assim os grupos escolares fossem instalados. O regulamento aprovado em 1906, em seu artigo 45, apresenta a seguinte determinação: "Na execução de seu plano de ensino, o governo, para instituição das escolas de qualquer espécie, grupos escolares [...], dará preferência às localidades que o auxiliarem eficazmente já por sommas em dinheiro, já por dádivas de prédios, terrenos ou materiais"[28].

Fica claro que era necessária a participação ativa do município para que a reforma proposta pela Estado para a educação primária viesse a ser implementada. Dessa forma percebe-se que havia interesse dos representantes do poder na cidade de Montes Claros em 1909 para que a mesma recebesse o seu primeiro Grupo Escolar.

Tal reforma, prevista pelo Estado também estava em concordância com uma das formas dos dispositivos de poder que Vidal (2005) aponta, tais dispositivos estão presentes nos mais diversos recursos que instrumentalizam a educação escolar.

> Na concepção de De Certeau, os dispositivos de poder (as estratégias) constituíam os espaços no qual transitavam os sujeitos. Esse espaço podia ser entendido como lugar constitucional (a escola, por exemplo), lugar físico (a sala de aula, a carteira do alunos e as folhas de papel), lugar simbólico (posição do professor na relação pedagógica) e lugar teórico (as ciências). Regidos por regras e normas e dominados por uma intensa materialidade, esses lugares pretendiam assegurar a estabilidade das ações individuais, submetendo-as à observação e ao controle. Nesse sentido, instituíam uma maneira adequada de circulação dos sujeitos e do consumo dos objetos culturais, que deixava marcas históricas porque ficava registrada. Regimentos, leis e demais documentos normativos disseminavam e preservavam estratégias de conformação dos indivíduos e da sociedade. (VIDAL: 2005, p. 57-58)

Os dispositivos de exercício do poder poderiam se efetivar a medida que a organização escolar fosse sistematizada de forma a proporcionar uma abordagem de controle social dos indivíduos. Na perspectiva de De Certeau, citada por Vidal (2005) compreende-se que os lugares, constitucional, físico, simbólico e teórico, deveriam convergir para um objetivo central que era a estabilidade das ações individuais, onde essas se submetem à observação e ao controle. Para que haja o enquadramento dos sujeitos nos moldes pré-estabelecidos, é necessária uma constante circulação dos indivíduos, e o consumo de objetos culturais, esses objetos são representados pela escola, sala de aula, ação dos professores e aparatos científicos.

[28] MINAS GERAIS, Regulamento de Instrução Pública, 1906. . Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

Sobre esse aspecto, no período republicano o que se tem não é uma mudança dos indivíduos, mas uma transformação no sistema em que os mesmos estão inseridos. Dessa forma, a escola representa um dos principais meios onde esses indivíduos convivem socialmente. Nesse sentido compreende-se que o desenvolvimento de novas práticas e relações sociais estavam arraigados às práticas escolares e a sua organização. Retomando a discussão sobre as questões culturais, entende-se que a cultura escolar, presente nesses educandários, constituía a sociedade da época, buscando formar pessoas para se adequarem às normas e se moldarem como cidadãos de uma República.

Assim, através das fontes, compreende-se que parte dessa população que estava inserida na rotina do grupo escolar, participando das muitas celebrações, tanto cívicas como de diplomação dos alunos, festas oficiais do Governo Republicano, celebrações religiosas, e questões administrativas do grupo eram difundidas através da imprensa. Havia também o incentivo do envolvimento da família na realidade escolar, permitindo assim que os princípios republicanos cunhados através do acesso à escola, pudessem fazer parte da rotina das famílias.

3 – EDUCAÇÃO ESCOLAR E IMPRENSA EM MONTES CLAROS

Sob a perspectiva de análise das fontes, este capítulo é desenvolvido em uma estrutura que contemple os pontos principais dos assuntos abordados nos artigos dos jornais pesquisados.

O primeiro tema considerado como recorrente nas edições pesquisadas do Jornal "Montes Claros"[29], são as notícias ligadas à Escola Normal Norte Mineira e como essa era apresentada à sociedade de Montes Claros nos anos de 1916 a 1918.

Na segunda abordagem destaca-se o Grupo Escolar Gonçalves Chaves, a sua constituição como referencial educacional para a sociedade, buscando interpretar as notícias dos jornais de acordo com as teorias apresentadas sobre a instalação do Grupo e o seu cotidiano.

E por fim, um tema que ganha bastante destaque nos jornais pesquisados são as festas, tanto cívicas quanto religiosas, prática esta interpretada como uma das formas que a escola tinha de aproximar as pessoas do contexto escolar e incutir na população as práticas objetivadas pelos programas de ensino e pelo regime republicano.

3.1 – A Escola Normal Norte Mineira e sua influência na sociedade de Montes Claros

Ao tratar a respeito da influência da Escola Normal Norte Mineira na sociedade de Montes Claros, ressaltam-se os fatos que são destacados nos Jornais pesquisados. Esses fatos são referentes às decisões tomadas e expostas ao público em geral. Ao expor as decisões, posturas dos professores, organização e relato das festas escolares, ocorria então a aproximação do educandário com a sociedade.

Os atos tomados pelos dirigentes eram noticiados pela imprensa local. Observa-se que era papel da imprensa na cidade de Montes Claros noticiar as ações desenvolvidas e

[29] O Jornal pesquisado tem o nome de "Montes Claros", possui datação, mas na maioria dos arquivos não contém número da página da notícia. Geralmente as notícias referentes à Escola Normal Norte Mineira e ao Grupo Escolar Gonçalves Chaves são aquelas que aparecem na primeira página. **Ver exemplo de publicação do Jornal Montes Claros – Anexo 03**

descrevê-las para a sociedade. No caso específico da Escola Normal Norte Mineira, destaca-se uma notícia que relatava a finalidade de angariar recursos e assim manter o seu funcionamento.

> **Escola Normal**
>
> Com o fim de tractar de interesses de nossa Escola Normal, pleiteando perante o Congresso e o governo favores justos e que a ponham no destaque que merece, não só pelas dificuldades com que foi fundada sinão também pelos relevantes serviços que já tem prestado e ainda prestará á nossa zona, viajaram para Bello Horizonte o srs: dr. Olyutho Martins, nosso correcto Juiz Municipal e ilustrado director do aludido estabelecimento e professor de portuguez; dr. Herculino de Souza, promotor público e vice-diretor da Escola, sendo também o competente e ilustre professor de francez: t. cel. João de Andrade Câmara, zeloso collector federal e digno secretário do referido estabelecimento, regendo também com proficiência as cadeiras de vereador da nossa Camara Municipal e ilustre professor de gymnastica do estabelecimento ainda em questão. Que esses nossos amigos consigam o nobre ideal que os leva à formosa capital de Minas! que façam feliz e bonançosa viagem e que voltem, emfim, brevemente, protegidos pelo bafejo de uma viagem calma e serena! são os votos que do fundo d'alma fazemos.[30]

A notícia traz informações referentes à Escola Normal Norte Mineira, apresenta as dificuldades por ela passadas, muitas dessas relatadas ao longo de várias outras edições, geralmente relacionadas às questões financeiras de manutenção da instituição. Vale ressaltar o destaque que o jornal faz aos serviços prestados pela escola à cidade. Esses serviços eram compreendidos pela contribuição que a Escola para a "instrução da juventude", e como também influenciava diretamente o bem estar social. Na descrição das pessoas que foram para Belo Horizonte discutir a situação da escola, observa-se que, em sua maioria, além de estarem ligadas às questões educacionais também exerciam cargos políticos e judiciais, como o promotor público, o juiz municipal e o coletor federal. Não foi possível acessar às edições posteriores para verificar se ocorreu uma publicação com os resultados da viagem à Belo Horizonte.

Outras ações desenvolvidas para a manutenção da Escola Normal Norte Mineira também foram noticiadas, como a visita de políticos à Escola com a finalidade de verificar as necessidades das mesmas, além de incentivar o trabalho com a instrução dos alunos. O Jornal *Montes Claros* de 18 de janeiro de 1917 destaca a Visita Técnica de Observação das Aulas e estrutura escolar, com a presença do acadêmico de letras jurídicas de Belo Horizonte Eugênio Detalonde, e esse redige um relatório que foi publicado não referido jornal. Eis o relatório:

[30] Jornal MONTES CLAROS: 3 de agosto de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues

> É uma impressão de conforto e consolo: um claro de luz aberto na sombra do horizonte em que o Norte de Minas vê correr os seus dias, abandonado, entregue ao seu próprio trabalho isolado, á inercia da acção governamental, agora suprida, no terreno da instrucção secundária, pela iniciativa dos particulares, de que emergia essa casa de ensino, como fructo de oiro das energia sertanejas.
>
> Eu assisti, no curto transcorrer de 1 hora, a duas aulas – a de Francez e a de Geometria – e dellas devo dizer que para mim constitui verdade surpresa revelar-se-me o já sólido preparo daquelles 1º e 2º annistas, em tão pouco tempo instruidos pela forte cultura, subordinada a uma alta intuição pedagógica dos docentes da Escola.
>
> Evolquei então, no recolhimento nascido de uma saudade que se prendia aos mais bellos dias da minha infância, aquell'outra Escola Normal montes-clarense em que palpitaram tantas esperanças..., e sahi com o pensamento de que nossos patrícios devem se atirar a um movimento enthusiastico junto ao ilustre dr. Delfim Moreira, para, na ocasião permitida pela lei, obter-se a officialização do Estabelecimento de que a nossa consciência se orgulha com razão.
>
> [...] Essa escola viverá, pois; porque é um prolongamento dos que a idealizaram e a tornaram realidade incomparável.
>
> Em Montes Claros – aos 9 de maio de 1916
>
> Eugênio Detalonde[31]

Observa-se nesse relatório a descrição da importância da Escola Normal e de que maneira o trabalho foi visto. Destaca-se o fato do relator fazer uma crítica ao abandono e à inércia governamental para com a região, e chama a atenção para a ação desenvolvida por particulares em se manter uma instituição de ensino. Ao relatar a questão cultural, é possível compreender que já se tinha a ideia da presença da cultura no meio escolar, e foram tecidos elogios aos docentes da escola que possuíam "alta intuição pedagógica", o que despertava um sentimento de pertencimento à Escola. Foi feito também um incentivo sobre a instituição com a finalidade de impulsionar os entusiastas do movimento educacional ao contato com o então governador do Estado de Minas Gerais, Delfim Moreira, com a finalidade de oficializar a Escola.

Sobre a trajetória da Escola Normal até a sua oficialização Veloso (2008, p. 491), afirma que:

> [...] A trajetória da Escola Normal de Montes Claros é bastante irregular, marcada por sucessivas extinções e reaberturas; os historiadores montesclarenses consideram seu percurso constituído por três fases. Ao analisar essa trajetória, percebo a emergência de distintas escolas, para as quais se construíram laços de interdependência; mesmo assim, os interesses locais compreendem-na como uma única instituição – "a nossa

[31] Jornal Montes Claros: 18 de janeiro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

> escola normal", ainda hoje presente no imaginário da cidade. (VELOSO: 2008: p. 491)

A autora aponta que a primeira fase da Escola Normal, compreende o intervalo entre 1878 e 1905, que delimita o ano de sua criação como escola oficial, ainda no período imperial, e o de sua extinção por decreto do governo mineiro. Também afirma que a segunda fase da escola compreende os anos de 1915 a 1918, período delimitado por sua fundação como escola livre e sua extinção como escola oficial, e inclui a desativação em 1918, no período trabalhado nos jornais pesquisados aferi-se que a Escola Normal sob o nome de Norte Mineira (1915-1918) era privada; sendo reaberta em 1923, e a equiparação às escolas oficiais de Minas ocorreu em 1925, o encampamento pelo poder público estadual em 1928. Segundo Veloso (2008, p. 492) a terceira fase tem início em 1953, quando foi reaberta como escola oficial, e se prolonga até o momento atual, em que funciona como escola regular de educação básica.

> Após a sua primeira extinção, em 1905, transcorreram dez anos para que Montes Claros voltasse a ter uma escola de formação de professores, o que somente ocorreu por iniciativa do coronel João de Andrade Câmara, em 1915. Fundada como Escola Normal livre, a instituição enfrentou dificuldades para garantir seu funcionamento nos primeiros anos de atividade, não apenas para financiar o empreendimento, mas também porque muitos montes-clarenses não acreditavam ser possível manter a escola por iniciativa particular. (VELOSO: 2008, p. 491)

Mesmo com os enfrentamentos apontados, Veloso (2008, p. 492), afirma que a atuação da Escola Normal resultaria na construção de uma cidade civilizada, com "a instrucção clariando os espíritos, cultivando intelligencias, preparando os homens de amanhã", ela aponta que a imprensa do período divulgava as iniciativas da Escola Normal, bem como as suas realizações, estimulando a adesão da comunidade, dando ênfase projeto de civilização e progresso da República.

A edição do Jornal Montes Claros de 6 de setembro de 1917, apresenta a legislação que cria a Escola Normal Norte Mineira, bem como a necessidade de tê-la na região. Necessidade essa justificada pelo vasto território da região, pelo esforço das pessoas à frente da sociedade que tinha a finalidade de instrução as crianças e de certa forma pelo

pionerismo que essa instalação representaria à região, servindo de molde civilizatório a todos que dela fizessem parte.

> Havendo a Lei n. 560, de 12 de setembro de 1911, creado cinco escolas normaes regionaes no Estado, nasceu desde então no espírito progressista do povo de Montes Claros a justa e louvável aspiração de possuir a Escola Normal do Norte, pelo direito de entre todas assiste essa cidade, por ser das cidades norte-mineiras a que maiores vantagens oferece e a que está em melhores condições de corresponder ao sacrifício, por satisfazer de uma maneira excepcional aos fins a que se destina um estabelecimento dessa natureza.[32]

O jornal continua a pontuar a vantagem de se ter uma Escola Normal na cidade de Montes Claros, bem como essa pode ser uma referência para a região onde os pais tem a possibilidade de enviarem seus filhos aos estudos em um ambiente "salubre, ameno e confortável" que a cidade oferece.

A educação então se torna um dos principais meios de se rediscutir os temas nacionais, o conjunto de teorias desenvolvidas nos levam a consideram que o ensino e as reformas pelas quais ela passam não apresenta uma continuidade de programas, mas são projetos que tem características e execuções de acordo os governos e com a época em que se inserem. Pensa-se que a educação escolar como meio utilizado para educar e incutir nas pessoas que fazem parte deste contexto nem sempre alcança todos os seus objetivos, as questões existentes entre a transposição da teoria da legislação para prática cotidiana nem sempre atendia a todas as expectativas, em especial quando se tratava nas particularidades regionais, na chegada de informações, das ações escolares e do alcance ou não da população a que era voltada.

Pensa-se também que as ações e notícias do cotidiano escolar estavam intrinsecamente ligadas às discussões de modernidade, à construção do conceito daquilo que era urbano, ou seja a constituição do local como cidade, bem como em equiparar o desenvolvimento regional às outras localidades do país. É recorrente nos jornais serem demonstradas notícias da capital do país (Rio de Janeiro), bem como a reverberação das ações em âmbito federal refletidas região.

[32] Jornal Montes Claros: 6 de setembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

No campo político, segundo Porto (2007, p. 54-55), o Estado de Minas Gerais no contexto da Primeira República era o Estado mais populoso da federação, além disso, com objetivo de ampliar sua participação na esfera política, promovia alterações na sua estrutura econômica. Nesse sentido, Carvalho (1990, p. 30-31), afirma que os debates em torno das disputas de poder se acirram, os distritos passam a compor a base administrativa, bem como os municípios que já a compunham, acirrando-se desta forma os conflitos entre os mandatários e suas relações com o Estado e poder local.

A respeito da finalidade de viabilidade de difundir o projeto civilizatório republicado, Barros (2014), afirma que:

> Em Montes Claros ocorreram diversas iniciativas por parte das administrações públicas para viabilizar a difusão do projeto civilizatório, na maioria, grupos adeptos do liberalismo e do partido republicano. A autora descreve que professores atuantes no município enviavam respostas às cartas/cobranças do Secretário de Estado dos Negócios do Interior. As cartas/respostas continham assinatura de integrantes da Câmara municipal. Nas cartas, cobravam-se mais investimentos em instrução e não somente havia respostas às indagações do Secretário sobre número de alunos matriculados. Outro tópico abordado é a criação da escola Normal de Montes Claros com o art. 97 do Regulamento nº 84, de 21 de março de 1879 que funcionou em espaço improvisado. Para melhorar a instalação da Escola Normal, a Câmara despenderia recursos financeiros em 1888. Porém, as escolas normais subvencionadas pelo poder público do Estado de Minas começaram a ser fechadas em 1904. Entre outros fatores, com a ausência de investimentos por parte do Estado ocorreu a transferência de responsabilidade de manutenção e organização das escolas do Estado para as municipalidades. Em Montes Claros a Escola Normal foi enunciadora de um novo "saber-fazer e saber-ser professor(a)." (BARROS: 2014, p. 3-4)

Sem um sistema de ensino central, ficava a educação popular aquém de alcançar os seus objetivos, e servia mais a um jogo de poderes do que à própria população. O que em Montes Claros não foi diferente, uma vez que a difusão do projeto civilizatório da república foi buscada por adeptos do Partido Republicano e foram feitas constantes esforços para se instalar o estabelecimento de ensino na cidade, porém não haviam os investimento necessários por parte do Estado. A Escola Normal Norte Mineira então representava o distanciamento da educação nos moldes do Império, e inaugurava uma educação baseada no novo, no moderno e no progresso, como apontado por Barros (2014), e instituía o que chama de novo "saber-fazer e saber-ser professor (a)", nos moldes padronizados pelo sistema republicano vigente.

Na concepção interpretativa da pesquisa a educação escolar então era tida como um dos principais meios de representação e construção do projeto civilizatório da República,

compilando em sua prática o progresso e a modernidade desejada. Nesse sentido destaca-se a fala do Diretor da Escola Normal no ano de 1918, onde descrevia seus êxitos, e destacava o trabalho em levar a instrução para o que ele chamava de "zona abandonada e esquecida", nesses assuntos, pelos poderes públicos, destacando a importância da instituição escolar.

> **Escola Normal Norte Mineira**
> Estamos informados que o Sr. t.e cel. João de Andrade Camara, illustre director dessa casa de instrucção, recebeu do exmo, st. Dr. Secretario do Interior um officio solicitando o resultado dos exames e promoções do anno escolar encerrado em 14 de novembro de 1917.
> E um bom symptoma este em favor da causa de nossa Escola; anima-nos e conforta-nos, pois, dando-nos a entender que o Governo vae se interessando pela causa do ensino normal nesta zona tão abandonada e tão esquecida neste assumpto pelos poderes públicos.
> Fallamos todos em progresso, em desenvolvimento e grandeza da patria, e na realidade todos aspiramos exactamente isto; mas é preciso que todos, notadamente os homens do governo, nos convençamos de que, sem a difusão do ensino, a disseminação de escolas e a systhematisação dos methodos escolares, nada teremos, nada conseguiremos relativamente a este elevado e nobre intuito.
> E´chapa velha e batida, mas que convem ser lembrada sempre como uma semelhança: **" a Instrucção é a base da grandeza e prosperidade de um povo"!**
> Com ella nascem todas as demais noções indispensáveis ao engrandecimento de um povo e de uma naçaão, e apparecem todos os demais elementos de garantia e de estabilidade nacionaes.
> Que o exmo. sr. dr. Secretario do Interior, recebendo as informações solicitadas e nellas vendo o nosso esforço, a nossa dedicação e o nosso amor á causa da instrucção, saiba, pois, nos fazer justiça amparando a causa da nossa Escola Normal e fazendo della a causa do Estado e do paiz.[33]

As falas relatadas nos jornais e dirigidas ao coronel João de Andrade Camara, nesse momento como diretor da Escola Normal Norte Mineira, que exerceu vários cargos, sendo coletor federal, secretário da escola normal, vereador municipal, e professor de ginástica, aponta uma preocupação com o ensino, com os assuntos relacionados ao progresso, desenvolvimento e grandeza da pátria, apresentam-se como necessário ao engrandecimento da nação, e finaliza que o compromisso não é só daqueles envolvidos diretamente com causa da Escola Normal, mas o seu êxito servirá para o engrandecimento do Estado e do País.

Ao pensar tanto em uma perspectiva local como nacional, poucos avanços significativos da educação popular ocorreram nos primórdios da República. Existia a dificuldade da formação de um sistema de ensino nacional devido à descentralização do mesmo. No início do século XX, uma grande massa de analfabetos e pessoas pobres eram excluídas do processo educacional. Os novos Estados não se encontravam necessariamente preparados financeiramente para assumirem a educação.

[33] Jornal Montes Claros, 3 de fevereiro de 1918. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Outro ponto a ser destacado nessa análise é o fato das notícias apresentadas, mesmo aquelas que fazem críticas ao governo e a falta das suas ações junto à região Norte-mineira, aparecer um esforço por noticiar a adequação das escolas e a instrução às demais regiões do Estado. Nesse sentido, organizar de forma sistematizada como a presença do governo republicano estava nas instituições e em consequência nas práticas sociais, na cultura e na vida das pessoas.

3.2 – O Grupo Escolar Gonçalves Chaves e sua representatividade social em Montes Claros

Como indicado no segundo capítulo, a criação dos grupos escolares representou um tempo renovador, tanto na arquitetura urbana quanto na formação de novas tradições. Sobre esta perspectiva, fica evidente que os grupos escolares representaram uma forma de padrão cultural escolar requisitado pelas elites dirigentes do país, a qual ressaltava a constituição desses, sem perder de vistas as demais instituições de ensino que participaram juntamente com eles na construção da modernidade republicana.

Na concretização de novos ideais republicanos políticos, sociais e culturais vivia a nação brasileira. O Grupo Escolar apresentava-se como um meio de substituição às representações de um mundo religioso e doméstico, enraizado na tradição, com objetivo de aproximar-se de uma cultura urbana, que tinha como finalidade formar um homem público para uma sociedade moderna. Dessa forma os grupos escolares se tornaram um canal de racionalização da sociedade da época, incutindo na mesma novas tradições.

O Grupo Escolar, e a educação por ele oferecida começaram então a fazer parte do cenário das cidade e se tornaram referências de urbanidade e de novos costumes;

> Em primeiro lugar, cumpre notar que, a partir de 1908, os prédios dos grupos escolares passam a fazer parte do cenário urbano da Capital mineira. Construídos de acordo com os mais modernos preceitos pedagógicos e de higiene, eles estarão de acordo, também, com os preceitos arquitetônicos defendidos para os prédios públicos da Capital. São construídos para serem vistos, admirados, reverenciados. Devem ser tidos como modelares, para outros estabelecimentos, e modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades. (FARIA FILHO: 1998, p. 3)

A instrumentalização dos prédios escolares representou um avanço urbano-civilizador não só para a capital do Estado, mas de forma geral para todas as cidades onde os Grupos Escolares se instalaram. A referência direcionada aos prédios escolares como "palácios" da educação, citados por Faria Filho, significa, nesse contexto, os ecos civilizatórios que a modernidade da República buscavam implementar por meio das construções dos espaços majestosos dos grupos escolares, e dessa forma, os indivíduos se remetiam aos espaços determinados à escolarização. Também, assim nesses espaços, há a representação do poder que o Estado exercia sob os indivíduos.

Estava em voga a criação de novas necessidades, sob representação dos ideais de civilidade, progresso, urbanidade, enquanto construção social e histórica, sendo assim fundamentais à remodelação dos serviços públicos e à constituição urbana das cidades. Ampliando-se o projeto da modernidade em execução, renovavam-se os serviços públicos no setor de higiene, saúde, instrução, transporte e se firmava o favorecimento de novos ideais, práticas sociais, e a racionalização moderna necessária à época.

As elites dirigentes brasileiras, defendiam que houvesse a substituição de tudo o que estava incoerente, do tradicional, por novas regras que concordassem com a homogeneidade e a harmonia, sendo redimensionada na cidade às experiências educativa. Dessa forma a população em geral, e especialmente a criança deveria ser iniciada a um novo modo de se conceber as práticas do seu cotidiano. Então, nesse contexto o Grupo Escolar representava o lugar devido à condição de agrupamento, à implementação de uma dinâmica prática cultural, metodológica e à disseminação de valores modernos e racionais Faria Filho (2000, p. 30-31)

Sobre tais valores, observa-se uma notícia de um evento do Grupo Escolar, que destaca a postura pretendida para os alunos.

> **Grupo Escolar**
>
> Festa commemorativa da grande data nacional. – Distribuição de diplomas a 14 alumnos que concluíram o curso no anno passado. – Inicio da festa das árvores. – Ligeiras Notas.
>
> Eis, em seus traços principaes o que foi a festa acima esboçada.
>
> A's 12 horas do dia foi aberta a sessão solemne á qual presidiu o dr. Herculino Pereira de Souza, no caracter de Inspector Escolar Municipal. Ao abril-a fez o dr. Herculino, de improviso, bello discurso sobre o acto, tendo sido muito applaudido ao terminar.

> Seguiu-se com a palavra o paranympho cel. José Rodrigues Prates que, no discurso dirigido aos alunos, foi eloquente e teve, como velho preceptor que é, palavras de alto conceito educativo e de verdadeira estimulo aos noveis diplomandos. Concluiu sob uma chuva de aplausos, finda esta parte, passou-se á distribuição dos prêmios que foi feita pelo Inspector Municipal que, a cada entrega, tinha para o alumno palavras de animação e de felicitação. [...]
>
> Em particular felicitamos aos alunos e alumnas diplomadas, e sobre tudo à alumna Hortencia Chaves pelo realce que teve entre seus colegas, não dando nem uma falha durante todo o anno lectivo.[34]

A descrição da festa em comemoração à entrega de diplomas elucida parte do cotidiano escolar e proporciona perceber que o Grupo Escolar Gonçalves Chaves, buscava associar os acontecimentos da escola com as datas nacionais, demonstrado assim que era feito um esforço por parte desses educandários em integrar a nação à realidade local. Havia também a presença dos discursos que buscavam incentivar os feitos do Grupo e dos alunos. A notícia veiculada chama ainda a atenção ao resultado obtido pela aluna Hortencia Chaves, sem nenhuma falta durante o ano letivo e isso proporciona margem à interpretação de que essa aluna era modelo de adequação a ser seguido por todos.

Várias notícias como essa se repetiam no Jornal *Montes Claros*, destacando aqueles alunos que mais se encaixavam nos moldes que eram esperados de um sujeito dócil e civilizado[35]. Sobre a representação social do Grupo Escolar Gonçalves Chaves na cidade de Montes Claros, recorre-se às discussões de Sarah Jane Alves Durães e Vivian Grazielle Pereira de Freitas (2009). As autoras fazem um levantamento histórico da importância da instalação do Grupo Escolar. Afirmam que a instalação da instituição foi significativa tanto para os representantes políticos, pois através do Grupo poderiam também ganhar maior visibilidade, e implementar incentivos governamentais para a população da cidade. Durães e Freitas (2009, p. 4-5). Inicialmente o Grupo Escolar não funcionava em prédio próprio, mas em um estabelecimento alugado pelo poder local. Somente em 1928 passou a funcionar em prédio destinado para este fim. Durães e Freitas (2009, p. 6)

Sobre a representação social do Grupo Escolar Gonçalves Chaves na cidade de Montes Claros, recorre-se às discussões das autoras Sarah Jane Alves Durães e Vivian Grazielle Pereira de Freitas (2009), as autoras fazem um levantamento histórico da importância da instalação do Grupo Escolar. Afirmam que a instalação da instituição foi significativa tanto para os representantes políticos, pois através do Grupo poderia também

[34] Jornal Montes Claros: 14 de setembro de 1916. Acervo Particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.
[35] Jornal Montes Claros: 17 de junho de 1917. Acervo Particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

ganhar maior visibilidade, e implementar objetivos governamentais, tanto para a população da cidade. Durães e Freitas (2009, p. 4-5)

Nas concepções apontadas pelas autoras acima citadas, e ao analisar as fontes dessa pesquisa é possível perceber a participação da comunidade em vários eventos noticiados pelos jornais. Nas solenidades não existe só a participação de pessoas ligadas à instituição, mas também família e autoridades diversas.

Segundo Faria Filho (2000, p. 35-36), no desafio da afirmação e incorporação de diversas experiências sociais para produzir o homem republicano moderno e civilizado, a escola, especificamente o grupo escolar, como parte do social, singularizava em suas práticas, não somente o conjunto de reformas, decretos, leis e projetos, mas expressões de concepções de sociedade e vida no plano material, simbólico e cultural, no contexto social em modernização. Entre as representações, produziram e reproduziram signos próprios de uma nova linguagem, o que Carvalho (1990, p. 56-57) chama de ações e identificações com a modernidade quando ocorre a necessidade de se inventar tradições que reafirmem o governo republicano. Essas tradições eram baseadas nas festas, na difusão dos símbolos nacionais, no sentimento de pertencimento à Nação, e que também passavam através do exemplo e postura dos educandos e educadores nos estabelecimentos de ensino.

As práticas escolares, então encontradas e sistematizadas pelos Grupos Escolares se consolidavam através da construção da cultura escolar presente em todas as ações, e principalmente na figura do professor, que no estabelecimento no qual fazia parte, buscava dar a adequação civilizatória para aqueles que ali eram instruídos.

Em se tratando do destaque dado ao jornal, neste dito processo civilizatório que passava o Brasil Republicano vê-se a fala "a Instrucção é a base da grandeza e prosperidade de um povo"[36], e continua:

> Podemos assegurar ao público e o fazemos com a máxima satisfação – que, a despeito da a que referimos, a nossa Escola Normal, reputado estabelecimento de ensino, que constituie verdadeira orgulho para a nossa cidade, - continuará a funcionar com a mesma e irreprehensivel regularidade com que vem funcionando desde a sua fundação.[37]

Tais falas transparecendo a finalidade de promover tal instrução, manter a funcionamento da escola no sentido de garantir segurança a população, bem como a salutar a

[36] Jornal Montes Claros: 23 de setembro de 1917. Acervo Particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.
[37] Jornal Montes Claros: 23 de setembro de 1917. Acervo Particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

presença do professor, e tal profissionalização do mesmo vai se delineando ao longo das primeiras décadas do século XX.

3.3 – A escola se abre para a sociedade – As festas Escolares das instituições educacionais em Montes Claros

Ao tratar o referido período republicano (1890 a 1930), busca-se compreender o papel das festas realizadas nas instituições de ensino e como tais festas contribuíram para a construção de um ideal republicano na sociedade local. Entende-se que tais comemorações puderam contribuir para conceber não só o ensino, mas a noção de escola, do profissional docente e dos alunos, que eram difundidas em tais ocasiões.

Na pesquisa desenvolvida sobre as festas escolares por Candido, (2000) esta afirma que:

> A hipótese é de que muito mais do que um momento de confraternização, de descontração e de manifestação de alegria, as festas, no caso as festividades escolares, possuíram outras funções, eram momentos privilegiados para o aprendizado de conteúdos, de disseminação de conhecimentos, de normas e de valores legitimados pela escola e pela sociedade. A festa escolar pode, dessa forma, ser apreendida neste estudo em seu duplo caráter, político e pedagógico e como um dos componentes essenciais da cultura escolar. (CANDIDO: 2000, p.1)

Nesse sentido, a autora corrobora com a concepção de Julia (2001), na qual este afirma que a cultura escolar se constitui no conceito nuclear para o desenvolvimento da compreensão das comemorações e festas escolares. Assim, nos momentos festivos, a escola incorporava o conjunto de normas, definindo conceitos, conhecimentos, condutas, tornando-as dessa forma práticas que permitissem a transmissão de tais valores sociais, políticos e também religiosos.

> As festas escolares expressaram aspectos da cultura escolar representativa do período em questão, pois ao mesmo tempo em que a festa era regida por normas, pelo ensinamento de condutas e conhecimentos, era também composta de práticas coordenadas com finalidades educativas. As festas foram compostas de normas e práticas, as normas estabelecidas externamente pelos governantes que determinaram legalmente os dias a serem comemorados e um padrão de festa a ser seguido através de regulamentos e circulares enviados às escolas e internamente pelas instituições de ensino que reelaboraram essas normas e as transformaram em práticas significativas da escola. (CANDIDO: 2000, p.2)

Parte dessa organização pode-se observar no destaque dado aos programas de organização das festas expostos em jornais do período pesquisado[38]. As festas eram normatizadas, essas deveriam se adequar e até mesmo ensinar condutas, comportamentos, padrões que davam novo significado às ações das escolas, pode-se compreender que ao realizar uma festa escolar com toda esta preparação, a compreensão pela comunidade envolvida talvez fosse maior do que normas estabelecidas somente no contexto da sala de aula e prática das atividades com os alunos. As festas envolviam as famílias, os funcionários, os políticos e demais pessoas que se ligavam à escola, e essas poderiam reproduzir o que lá vivenciavam.

> **Escola Normal Norte Mineira**
>
> A Congregação, em conselho realizado ultimamente, resolveu effectuar uma sessão solemne na ocasião do encerramento das aulas, no anno lectivo de 1916, deste conceituado instituto de ensino secundário.
>
> Para dar mais brilho e solenidade ao acto, o dedicado e competente dr. Director da Escola pro. Olyntho Martins, organizou um magnifico programa.[39]

Os programas de tais comemorações se constituíam em oportunizar o discurso de um político local presente na festividade, ou mesmo um representante do Estado, era também proferida a fala do diretor da escola, exaltando seus feito, bem como grande êxito dos professores, e também dando destaque aos alunos que mais alcançaram os objetivos propostos pelo educandário.

O professor de português e diretor da Escola Normal Norte Mineira Olyntho Martins, envia a edição do Jornal "Montes Claros" de 7 de junho de 1917, poemas produzidos por quatro alunos que se destacaram no exercício de redação de poemas sobre o mês de maio, mês de Maria. Destaca-se o poema da aluna Joaquina Sarmento de Oliveira:

> O mez de Maria
> Mez de Maio! Mez das flores! Quanta poesia encerras, é mez consagrado á Virgem Maria! Quanto gosto de ti! Tudo em ti é alegria... O céo parece mais azul e as arvores e arbustos enchem-se de flores, como para offerecel-as a Maria.
> Nestas lindas noites de luar, quando celebramos o vosso culto, ó Virgem Santa, quando em vosso templo, entre os perfumes do incenso e das rosas vejo lindas criancinhas vos coroarem, sinto uma grande saudade invadir-me a alma... Recordo-me do tempo em que eu também creança vos coroava... Entristece-me esta recordação porém por pouco tempo; sinto inefável prazer em ouvir os hymnos que nos entoam, hymnos quase sempre simples, meigos e que bem traduzem o sentimento do povo.

[38] Jornal Montes Claros, 14 de setembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues
[39] Jornal Montes Claros, 9 de novembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues

> Mez de Maio, como te amo! Porque? Nem eu sei... Talvez por seres consagrado a Maria, talvez por ti mesmo... Penso que trazes contigo esperanças e ilusões aos corações descrentes, alegrias e felicidades aos privilegiados da sorte...
> Mez de Maria, como és lindo e quanto te amo![40]

O professor descreve que esses alunos foram os que melhor se adequaram às suas orientações. Além de publicar os poemas e a carta que solicita a divulgação o jornal ainda felicita o professor: "Resta.nos agora, enviar d'aqui nosso sincero parabém ao dr, Olyntho, ilustre director' e professor de portuguez do aludido Estabelecimento, e também as jovens alumnas e alunos que tão brilhantemente se destacaram."[41] Esses alunos e alunas postos em destaque, então representam a concretização de ideais e normatização que se esperava daqueles que estavam no meio escolar

As festas e eventos, produções escritas e manuais, proporciona compreender como a cultura escolar era formada. Segundo Candido (2000), em concordância com o pensamento de Chartier (1990) e Vidal (2005) tais festas representam uma elaboração da cultura escolar, e recriam em diferentes momentos o contexto escolar, apropriando normas, regulamento, leis às comemorações, dando um sentido sócio-histórica as diferentes pensamentos da época.

Nesse sentido Candido (2000), aponta que existem três categorias para se classificar as festas escolares:

> A primeira categoria diz respeito às festas cívicas escolares, que eram as mesmas festas comemoradas na sociedade republicana, mas organizadas de acordo com um ritual específico da escola. A segunda categoria se refere às festas que comemoraram as instituições escolares e buscaram dar visibilidade para as mesmas, marcando o seu ciclo de vida, foram as festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo. Por último, identificaram-se as festas das árvores e das aves, que almejaram despertar nos alunos o interesse pela natureza como representante máxima da pátria brasileira. (CANDIDO: 2000, p. 3)

Essas três categorias de festas podem ser observadas nos artigos de jornais pesquisados. Em um primeiro momento destaca-se a festa realizada pela Escola Normal, por ocasião da "offerta magnifica" da Bandeira Nacional, que foi doada para a instituição por uma casa de comércio da cidade de Montes Claros. O Jornal descreve uma festa realizada na escola e a exaltação do pavilhão nacional preenchendo uma "lacuna sensível da escola".[42] José Murilo de Carvalho (1990, p. 112-119) aponta que a bandeira brasileira seguia as concepções positivistas, com a representatividade necessária à República, dividida pela máxima 'ordem de progresso'. O símbolo materializado para a escola propiciava um

[40] Jornal Montes Claros, 7 de junho de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues
[41] Jornal Montes Claros, 7 de junho de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues
[42] Jornal Montes Claros, de 17 de junho de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues

significado de presença do governo, além de um sentido de pertencimento a uma nação. A presença dos símbolos nacionais, tais como a execução do hino nacional, o hasteamento da bandeira, a produção de festas cívicas evocavam o sentido de memória coletiva e o pertencimento necessário para a constituição da cidadania.

A segunda festa que se destaca, trata-se da uma comemoração da própria escola:

> **Escola Normal "Norte Mineira"**
>
> Commemorou antes-hontem o 1º anniversário da sua fundação a Escola Normal desta cidade, que foi solenemente instalada a 10 de outubro do anno passado.
>
> Não nos cabe dizer agora o que foi a iniciativa, da qual resultou a fundação da Escola Normal, representou ella de boa vontade, de esforço, de energia e de dedicação á causa de ensino na nossa terra.
>
> Apenas diremos – porque este facto está na consciência de todos – que o pugillo de batalhadores que realizou esta obra meritória, da mais elevada significação social, conquistou definitivamente a gratidão do nosso povo, a quem prestou um serviço relevantíssimo, qual o da educação da mocidade.
>
> E o mais lisonjeiro possível o resultado colhido ao anno, que acaba de transcorrer, pelo novel instituto de ensino, que cada vez mais se afirma no conceito público, como um estabelecimento modelo, onde seriamente se estuda, onde devéras se trabalha com amor e convicção. [...][43]

Pensa-se então que a enfase maior nesse texto supracitado é a significação social da existência da Escola Normal, o serviço prestado à sociedade na educação da mocidade que o jornal destaca. É salutar observar que o jornal sempre traz a ideia dos resultados que são obtidos com tal educação e modelo que se deve seguir.

Algo que chama atenção, ao refletir sobre o terceira categoria das festas especificadas por Candido (2000), é que nas informações obtidas do jornais pesquisados existem festas relacionadas à natureza, mas as que mais ganham destaque nos ambientes escolares em Montes Claros são as festas religiosas, destaque para o mês de maio, onde as crianças faziam coroações a Maria, escreviam poemas que eram divulgados nos jornais[44]; e em um especial momento chama atenção a comemoração feita por ocasião da entronização de "Jesus Crucificado" na Escola Normal.

> Amanhã, á uma hora da tarde, conforme o convite já distribuído ás exmas. Famílias e cavalheiros de nossa elite, realisar-se-á a solenidade da enthronisação da Imagem de Christo na Escola Normal "Norte Mineira". A Escola, por nosso imtermedio, reitera a todos o seu convite, esperando também que o povo em geral compareça, concorrendo assim para o abrilhantamento da festa a realisar-se. [...] Faltará, entregando a preciosa

[43] Jornal Montes Claros, 12 de outubro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues
[44] Jornal Montes Claros, 17 de junho de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues

> ephigie á Escola, o nosso querido Prelado Diocesano, Exmo. E Revmo. Sr. D. João Antonio Pimenta, seguindo-se logo a enthronisação e as outas partes do programma. Mais uma vez appellamos para os sentimentos de solidariedade e crença do ilustrado povo de Montes Claros, e esperamos compareçam todos para maior realce e brilhantismo de tão solene e significativa festa.[45]

O ideário republicano perpassava o caráter político das comemorações cívicas nas escolas, tem por objetivo promover a República. Nesse contexto as festas tinham o papel de disseminar uma cultura própria da escola e contribuir para um modelo de sistema político republicano, dessa forma também formando um modelo de cidadão que se esperava formar em tais instituições de ensino. As festas então foram utilizadas como forma de divulgação, afirmação e propagação de um regime que buscava a sua identidade junto ao povo que nele estava inserido. Nas festas escolares, podiam-se concretizar valores, ideais de um projeto político para a sociedade através da normatização da mesma.

As escolas então presentes nas cidades, que começam a se delinear como centros urbanos, passavam a reger parte significativa da vida dos estudantes, que no seu movimento de ida e vinda para a casa também provocavam a disseminação da cultura, levando à escola a cultura doméstica com seus conceitos e limitações quando se tratava da instrução escolar, e trazendo uma cultura escolar arraigada da busca por uma erudição, que buscava ocupar os espaços da cidade e também era ocupada pela população. No sentido de estar fora da inércia, mas em movimento, a escola abre-se para a cidade através das festas e comemorações, recriando as motivações sociais, alterando a dinâmica dos modos de vida já consolidados, marcando as constantes transformações pedagógicas, bem como as inovações curriculares.

Lopes (2006), desenvolveu um estudo sobre as festas escolares no Piauí que abarca o mesmo período pesquisado nessa dissertação. Segundo a autora:

> As festas de encerramento do período letivo, outro modo de marcar a presença da escola na cidade, eram anunciadas nos jornais, sempre referindo-se à exposição dos trabalhos dos alunos, reveladora dos méritos pedagógicos da escola. O findar do ano letivo era um momento de demonstrar à cidade o que escola realizou, a modernidade de seus métodos e o êxito de sua prática pedagógica. Trabalhos perfeitos e exemplares eram postos para a apreciação da cidade. As festas escolares como estratégias para visibilidade da escola, como prática formativa dos alunos e expansão da ação educativa escolar tornar-se-iam atividades rotineiras dos grupos escolares, que consolidavam-se como instituições educativas exemplares no interior do aparato escolar piauiense, destacando a importância, modernidade, zelo e competência da educação nela ministrada. (LOPES: 2006, p. 1)

[45] Jornal Montes Claros, 25 de novembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues

Em uma das festas da Escola Normal na cidade de Montes Claros e relatada no Jornal verifica-se, detalhadamente, o resultado da orientação e produção dos alunos eram expostos à população em geral.

> **Ainda a Escola Normal "Norte Mineira" – A sua exposição de costuras e trabalhos para alumnas, de desenho e trabalhos para alumnos. A impressão do público – O Grupo Escolar e as escolas isoladas tambem triumpham (3.3)**
>
> A nota de maior interesse na vida desta cidade tem sido nos últimos dias a *Exposição de trabalhos escolares*.
>
> Empolgados nos achamos todos pela verdadeira attracção que sentimos, pela agradável impressão que tivemos, ao penetrar no edifício da Escola Normal "Norte Mineira", onde admiramos o resultado dos esforços de professores e alunos de todos os nossos estabelecimentos de instrucção, no correr desta anno. [...]
>
> As meninas da escola de d. Candida Mendes apresentaram as mais variadas peças de costura, bordados, chrochet e mantos tecidos, confecções de bom gosto que patenteavam o esmero no trabalho das amáveis creanças que são as futuras mães de família.
>
> Escolheram os respectivos professores, para a exposição dos trabalhos de seus alunos, o salão á direita da entrada do prédio da Escola Normal para, nelle figurarem os artigos de desenho, calligraphia e trabalhos manuaes. [...]
>
> Trabalhos manuaes dos alunos do "Grupo Escolar Gonçalves Chaves": 379, distribuídos entre as oito escolas, pelas secções de dobrados de papel, sólidos de papelão, cartonagem, arame, papel Bristol, madeira, bordados á mão em setim, veludo, algodão fino e algodão grosso, papel de seda, camisinhas, guarnições diversas para lavatório, mesas de jantar. [...][46]

A exposição encerrava o período letivo, em cada um tópicos destacados, percebem-se características inerentes aos resultados obtidos pelos alunos. Algo que ganha destaque são os trabalhos das meninas, colocados à mostra, em uma interpretação particular compreende-se que muitas dessas ocasiões poderia proporcionar às moças um momento de apresentação às famílias da sociedade em questão, onde no contexto poderia ser candidatas a um casamento, o jornal deixa isso claro quando diz "confecções de bom gosto que patenteavam o esmero no trabalho das amáveis creanças que são as futuras mães de família"[47].

Também ganham destaque os trabalhos manuais, com os mais diversos materiais de demonstram a habilidade dos alunos e a diversidade de produções orientadas pelos professores ao longo do ano letivo.

---

[46] Jornal Montes Claros, 7 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.
[47] Jornal Montes Claros, 7 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

> As festas escolares, rompendo o espaço fechado da escola, geravam uma mobilização dos escolares por espaços importantes da cidade: as escolas de maior prestígio no aparato educacional, as praças e ruas principais, as igrejas centrais e o cinema. Uma transformação da dinâmica escolar e desses espaços. Mas, também transformava o espaço escolar e seus sujeitos costumeiros, quando abria-se para a cidade e a abrigava em festas. A escola transformava-se em espaço de baile, apresentações artísticas ou chás dançantes. (LOPES: 2006, p. 2)

Havia dessa maneira uma preocupação com a formação cívica dos alunos, sendo sempre o foco de tais festas, era necessário estabelecer o gosto pelas artes bem como construir o gosto por ocasiões culturais. Através desses eventos a escola mostrava o seu trabalho educativo, bem como expandia a sua educação para a cidade, pode-se afirmar que com tais ações a escola estabelece novas relações sociais bem como fomenta novas tradições e costumes.

Segundo Lopes (2006), o ritmo das festas caminhava junto ao ritmo da vida, a organização das festas escolares deveriam estar de acordo às datas cívicas como também perpassar o cotidiano dos aluno; pode-se então compreender que a tríade organização: Escola, Família e Igreja, eram a base para alicerçar a construção do cidadão civilizado republicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na interpretação das fontes pesquisadas e na leitura histórica do passado, verifica-se que sempre foram estabelecidas as relações do progresso com a modernidade, representados pelas escolas, ressaltando assim que a instrução serviria para retirar o país do atraso, sendo que a esperança passava pela educação escolar. Acreditava-se que, se os jovens fossem educados e instruídos, e a eles eram dadas oportunidades, certamente seriam bons cidadãos.

Nessa pesquisa foram utilizados como fonte exemplares do jornal *Montes Claros* produzidos na cidade entre os anos 1916 a 1918. Verificou-se que neles havia a construção de um discurso de modernidade e adequações às questões urbanas relativas à centralidade do novo Estado Republicano. Com a finalidade de regulamentar as práticas, os modos de vida, e de maneira geral o cotidiano das pessoas, o referido jornal então divulgava o que seria o modelo a ser seguido, principalmente através dos eventos promovidos pelas escolas, em um sentido de abertura da instituição à sociedade.

O ato de instruir dentro da questão educacional, iria além da presença e participação nas escolas, uma vez que a instrução sistematizava o ser como um todo, influenciando diretamente não só o aprendizado escolar, mas tornando o sujeito alguém útil para o sistema. Os valores morais da civilização deveriam ser ensinados, bem como a hierarquia escolar, familiar e política, além de uma educação religiosa.

Parti-se então do princípio de que o cotidiano não é algo dado e pré-determinado, uma vez que ele envolve diversas questões concernentes às práticas dos sujeitos e está diretamente ligado à cultura e às práticas sociais. Nessa pesquisa, os conceitos abordados propiciaram a ampliação da gama de interpretações possíveis de um determinado tempo e espaço histórico.

As mudanças apontadas para o período da Primeira República ocorreram gradual e lentamente. Nesse sentido, modificar um sistema não significaria modificar totalmente os hábitos da população. Entende-se que não era tarefa fácil dissociar as questões relativas às diferentes culturas da família e da rua com a cultura fomentada pelos espaços escolares. O esforço do novo Estado Republicano era não somente formar cidadãos em moldes educacionais, mas nas palavras de José Murilo de Carvalho (1990), era a "*formação das*

almas". A construção de uma identidade nacional ultrapassava a premissa da instrução ou educação escolar e deveria provocar um sentimento coletivo de pertença a uma nação.

Tal formação perpassava pela construção de uma ou mais memórias coletivas, do sentido de pertencimento a uma Nação, e passava também pelos referenciais como o Hino, a Bandeira, os Heróis e a história que poderia ser comum e provocar o sentimento de aproximação com a nova realidade do país.

A escola então vinha de encontro a essas necessidades. Em um primeiro movimento, com a criação das Escolas Normais, que formavam professores para a "*instrução primária da mocidade*". Nesse sentido, verifica-se também a presença feminina no magistério, que em um primeiro momento significa a possibilidade de uma profissão para as mulheres, porém tal profissionalização não significou efetivamente a emancipação feminina; as professoras ganhavam pouco, não possibilitando assim a independência financeira das mulheres, as mesmas não poderiam ser consideradas arrimo de família, pois caberia ao homem o sustento da casa. Assim se traduz que o trabalho no magistério reproduzia a premissa de uma sociedade patriarcal, com hierarquia de soberania do sexo masculino, o que posteriormente condicionava as mulheres ao trabalho baseado nos valores familiares de sensibilidade, espírito materno, vocação para cuidar das crianças e baixos salários, uma vez que não seriam consideradas provedoras de suas casas.

Ao analisar os princípios de laicidade a partir da Constituição da República de 1891, verifica-se que, na prática, o Estado laico estava somente nas legislações. Nas instituições escolares analisadas nessa dissertação e aquelas pesquisadas por outros teóricos, a presença da religião Católica nas escolas públicas era comum em todo os cotidianos. Eram corriqueiras as festas religiosas, as produções de poemas ligados às datas comemorativas religiosas, o que leva a entender que as pessoas que faziam parte das instituições tinham na sua cultura a presença arraigada da religiosidade católica e reproduziam esses hábitos nas suas ações. Dessa maneira também é possível entender que a religião servia ao Estado Republicano, uma vez que a Igreja Católica buscava se aproximar do mesmo, e os valores religiosos eram almejados como ideais a serem alcançados por aqueles que fossem considerados como cidadãos de bem.

Uma forte representação da modernidade e progresso foi a fundação dos Grupos Escolares e, nas palavras de Luciano Faria Filho (2000), os "*palácios da educação*", com suas normas e organizações, padrões de moralidade, higiene e bons hábitos, representavam, com

todo os seus requintes arquitetônicos, o grande referencial que deveria ser almejado em uma nação que poderia encontrar na educação um bom caminho para sair do atraso e ir de encontro ao progresso.

As contribuições da construção da história através da imprensa na cidade de Montes Claros apontam para as constantes dicotomias presentes nessa região, seja pela interpretação da cidade ou do sertão, do moderno com o atraso, do progresso com a falta de desenvolvimento. (Rodrigues, 2011). A educação escolar não ficava distante destas dicotomias, pois reproduzia uma sociedade hierarquizada, que só dava acesso aos benefícios representados pela instrução, aqueles que detém poder econômico e assim podem manter o seu prestígio social.

Ao refletir a respeito das primeiras questões levantadas por essa pesquisa, é possível aferir que em partes, a interpretação da escola como catalisadora e reprodutora do *status quo* do Estado Republicano na forma em que essa adequava o que era ensinado e o que era aprendido aos moldes do novo sistema de governo não poderia ser determinista, pois ao comparar com as questões locais, percebe-se que em cada região também buscava-se atender às necessidades e disputas político-sociais locais.

Por fim, deve-se considerar as contribuições dessa pesquisa para a história da educação e da escolarização no Norte de Minas, em suas nuances e particularidades e a sua relação com o ideário da Primeira República. A sociedade, em cada tempo histórico pesquisado, é fruto de constantes movimentos, sejam eles históricos, culturais e de pessoas. Não é possível deter uma pesquisa à cristalização de únicos conceitos e determinações para compreender a história através do homem, da sua cultura e dos seus costumes. A homogeneização pode ser buscada, mas a prática do cotidiano é que determina que rumos as sociedades tomam, a partir dos sujeitos envolvidos, da sua formação e das ações junto aos seus iguais e aqueles que os governam.

REFERÊNCIAS:

ABREU, M; SOIHET, R; TEIXEIRA, R. (orgs). **Cultura política, historiografia e ensino de história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ALMEIDA, Jane. **As professoras do século XX: As mulheres como educadoras da infância**. São Paulo: UNESP, 2014.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Os Grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica**. In.: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) et al. Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil. (1893 – 1971). São Paulo: Mercado de Letras. 2006. p.233–255.

ARRUDA, Rogério Pereira de. **Cidade-Capitais imaginadas pela fotografia: La Plata (Argentina) Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Tese de Doutorado)

BARROS, Josemir Almeida. **Cadernos de História da Educação** – v. 13, n. 2 – jul./dez. 2014

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL. COSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm Acesso em: 05 de outubro de 2016.

BRITO, Gy Reis Gomes. **Montes Claros: da construção ao progresso 1917/1926**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2006.

CALDEIRA, Sandra; GIL, Natália. **Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais**. Estatística e Sociedade, Porto Alegre, p.166-181, n.1 nov. 2011

CANDIDO, Renata Marcilio. **Culturas da Escola: As festas escolares em São Paulo (1890 – 1930).** São Paulo: USP, 2000.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILLE, Marcelo. **Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23).** 2014. Editora UFMG, Belo Horizonte: 4 volumes.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CIVITA, Vitor (Ed.). COMTE, Auguste, 1798-1857. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo: Abril Cultural, 1978

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp,2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col."Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1

CORDEIRO, Filomena Luciene. **A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – um estudo de caso**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Biblioteca básica)

CRUZ, Heloísa de Faria**. Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana São Paulo – 1890/1915**. São Paulo: tese de Doutorado apresentada ao FFLCH/USP, 1994.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. (vol. 1). 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DEL PRIORE, M. (org) **História das Crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DURÃES, Sarah Jane Alves (org.). **A escola como lugar: grupos escolares no Norte de Minas Gerais (1909-1937**). Montes Claros-MG: Unimontes, 2009.

DURÃES, Sarah Jane Alves; FREITAS, Vivian Grasielle Pereira de. **Instrução primária em Montes Claros/MG: Grupo Escolar Gonçalves Chaves (1909 – 1931).** V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais: 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1994, 2v.

FAUSTO, Boris. (org). **O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889 a 1930)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; TEIXEIRA, Elaine Marta; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasi**l. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação pública: a invenção do presente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antonio; LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; XAVIER, Maria do Carmo (org). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. v.1.

FORQUIM, Jean Claude**. Escola e cultura: as bases sociais e epistemologias do conhecimento escolar.** ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FONSECA, Claudio Lucio. **O Grupo Escolar e a Organização Capitalista da Escola. Simpósio Brasileiro de História da Educação**. Acesso em 12 de abril de 2016. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/246.pdf.

FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeira: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso; Tradução dos Poemas: José Paulo Paes; Revisão Técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (org.). **História da educação: histórias de escolarização**. Belo Horizonte: Edições Horta Grande, 2004.

HONORATO, Tony. **Institucionalização escolar e civilidade em tempos republicanos**. Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores. Acesso em: 17 de março de 2015.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: contexto, 2001.

Jornal Montes Claros. 3 de agosto de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 14 de setembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 12 de outubro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 9 de novembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 16 de novembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 23 de novembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 30 de novembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 7 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 14 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 21 de dezembro de 1916. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 18 de janeiro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 15 de fevereiro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 10 de maio de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. Maio de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 17 de junho de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 16 de agosto de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 6 de setembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 23 de setembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 30 de setembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 25 de novembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 2 de dezembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 9 de dezembro de 1917. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 8 de fevereiro de 1918. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 2 de fevereiro de 1918. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

Jornal Montes Claros. 13 de outubro de 1918. Acervo particular de Rejane Meireles Amaral Rodrigues.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Trad.: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação n°1 jan./jun. 2001. Acesso em: 12 de abril de 2016.

KARNAL, Leandro. **A formação da nação**. In: KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social sul mineira no início do século XX**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Faculdade de Educação. Campinas, SP [s.n.], 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 .

LE GOFF, Jacques. **Passado/Presente**. In: História e Memória. São Paulo: Unicamp. 7 ed. 2013. Pgs. 193-216

LEITE, Fábio Carvalho**. O laicismo e outros exageros na primeira república no Brasil.** Relig. soc. vol.31 no.1 Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872011000100003. Acesso em: 23 de janeiro de 2017.

LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **A escola em festa: As festividades escolares na primeira república no Piauí**. Teresinha: 2006. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/396AntonioPaduaCarvalhoLopes.pdf Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

LUAIZA, Benito Almaguer. **Didática Universitária**. Teresina, PI: UFPI, 2009

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

MACIEL, Laura Antunes. **Imprensa de Trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? História & Perspectivas**. Uberlândia, jul-dez, 2008.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; SCHELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Scielo: 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>Acesso em: 20 janeiro de 2017.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais – 1891**. Assembleia de Minas Gerais 2015. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1891&comp=&ano=1891 Acesso em: 26/06/2015

MINAS GERAIS. **Decreto n. 2.352, de 05 de janeiro de 1909**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 1.960, de 16 de dezembro de 1906**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. **Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906**. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do estado e dá outras providências. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. **Regulamento a que se refere o Dec. 1960 (**Regulamento de Instrução Pública). Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1906.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.) **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Manad X: FAPERJ, 2007.

MOREIRA, Keyla Cruz. **Escolas na "Primeira República": Palco de produção das tradições modernas.** Simpósio Brasileiro de História da Educação: 1999. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-oautorais/eixo03/Keila%20Cruz%20Moreira%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Material Escolar. 1974-1976 (reimpressão)

NORA, Pierre. **Entre memória e História.** In: Projeto História.n. 10. São Paulo: dezembro/93. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> Acesso em: 10 de dezembro de 2016

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua historia sua gente seus** costumes. PAULA, Hermes de. Montes Claros, sua História, sua Gente e seus Costumes. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. Coleção Sesquicentenária. Editora UNIMONTES, 2007.

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã** – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

PORTO, César Henrique de Queiroz. "**Paternalismo, poder privado e violência": o campo político norte-mineiro durante a primeira república**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2003.

RAPOSO, Bruno. Resenha do livro: NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.25, p. 258-264, mar 2007 - ISSN: 1676-2584.

RIBEIRO, D. **O Processo Civilizatório: estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução sociocultural.** São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

REIS, José Carlos. **A História: Entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, **Rejane Meireles Amaral. Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade**. Uberlândia: 2011 (Tese de Doutorado)

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Rosa Fátima de (org.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930).** Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SILVA. Geraldo Bastos In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã** – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 259

SCHWARCZ, Lilia Moritiz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 12ª Reimpressão.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999, Pg. 331.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998 (Prismas).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

THOMPSON, E. Palmer. **Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

VALDEMARIN, Vera Teresa. **A função social da escola e a constituição da forma escolar (Brasil/Portugal, 1870-1932)**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas-SP, v.3 (33). P 185-206, set/dez, 2013. Acesso em: 12 de abril de 2016.

VEIGA, Cyntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VELOSO, Geisa Magela. **A missão "desanalfabetizadora" do Jornal Gazeta do Norte em Montes Claros (1918-1938)**. Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. UFMG, Belo Horizonte-MG, 2008.

VIANA, Urbino. **Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descriptivos**. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. Coleção Sesquicentenária. Editora UNIMONTES, 2007.

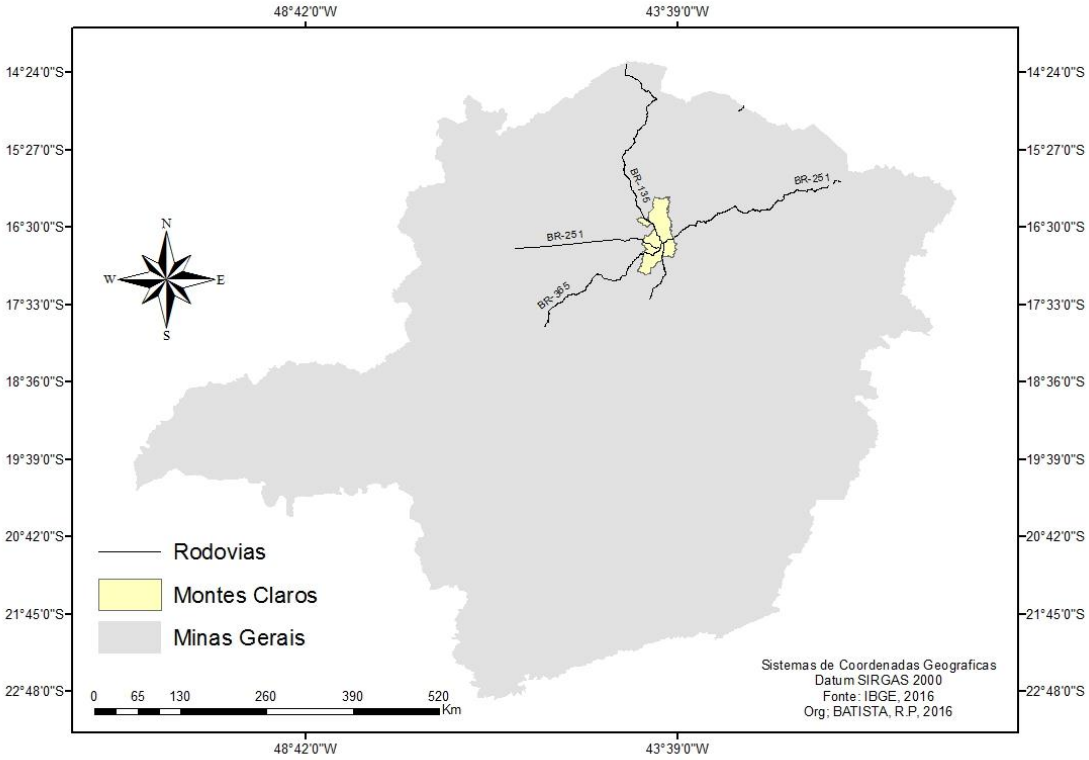
VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares: Um estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX).** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação)

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

YOUNG, Michael. **Teoria do Currículo: O que é importante e porque é importante.** Tradução: Leda Beck. Cadernos de Pesquisa v.44 n.151 p.190-202 jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100010. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

ANEXOS

Anexo 01 – Mapa de Localização Geográfica de Montes Claros (MG)



Fonte: IBGE, 2006. Org: BATISTA, R.P, 2016

Anexo 2 – Tabela de Leitura dos Jornais

Jornal	Nº do Jornal / Arquivo	Data de Publicação	Tiragem	Assunto	Relevância para pesquisa	Observações Gerais
Montes Claros	**Jornais Digitalizados 1**		Jornal semanal – sempre as quintas-feiras			
	Pasta 2	Não consta	Não consta	Coluna Grupo Escolar (Atual Gonçalves Chaves) Substituição de Professores, falecimento da professora Joana Regina da Silva, ficando em seu lugar Prof.º Álvaro Prates (*regência da cadeira em questão*)		Nº 12 Edição
	Pasta 5	3 de agosto de 1916 (Ano I)	Não Consta	Coluna – Escola Normal Busca de recursos na capital (Belo Horizonte) para a Escola Normal. Chama atenção de quantidade em média de 150 alunos que frequentam a Escola Normal. "Os meninos ali sentem verdadeira satisfação em ir a escola, onde sabem não encontrar professores ásperos e discortezes, e sim um carinho paternal em seus mestres."		

Anexo 3 – Jornal Montes Claros – Edição de 23 de novembro de 1916

ANNO I — Montes Claros, 23 de Novembro de 1916 — Nr. 20

Montes Claros

COLLABORADORES DIVERSOS
Redacção e officina — Rua Bocayuva
Publica-se às quintas-feiras

SEMANARIO INDEPENDENTE, LITTERARIO E NOTICIOSO
REDACTOR-PROPRIETARIO
PHARM. A. FERREIRA DE OLIVEIRA

ASSIGNATURAS
Por anno . . . . . 10$000
Por semestre . . . . . 6$000
Numero avulso 200 reis

A Escola Normal "Norte Mineira"

As festas de encerramento do anno lectivo

Os discursos — Enthusiasmo geral — O programma — A festa dos alumnos aos professores

Como se fundou a Escola Normal desta cidade e a sua acção no primeiro anno de existencia, são factos do dominio de todos e dispensam, portanto, quaesquer commentarios. Podem, não entanto, assim ser synthetisados: um posto de sacrificios, mas sacrificios suaves e compensadores! um padrão de gloria para nós, uma victoria estupenda para a instrucção.

Conforme o programma que se vê adiante e anteriormente distribuido, realisou-se, ás 10 horas do dia 10 do mez

Exm.º Revm.º Sr. Bispo Diocesano—Exm.º Sr. Cel. Presidente da Camara—Exm.as Senhoras — Meus Senhores —Distinctos Collegas—Caros discipulos!

E' uma remiuiscencia saudosa. Em mitida visão retrospectiva evoco na plenitude das suas linhas, dos seus contornos, das suas côres, o quadro vivo da inauguração da

Dou publico testemunho do que cumpristes gallardamente as obrigações que no nosso posto vos competiam. A vossa cooperação jámais nos faltou. Jamais nos regateastes a vossa collaboração efficiente.

Eis ahi uma das razões mais poderosas da victoria deste instituto de ensino, que com elementos e magnanimos, o pouco que nos foi dado fazer, tendo em conta a exiguidade dos elementos de que temos podido dispôr.

Fizemos o que estava em nós, aquillo que a nossa fraqueza permittia, para que este estabelecimento estivesse sempre á altura da sua grandiosa missão, preenchesse plenamente os seus fins, desempe-

plesmente decorativo, mas tem um papel preeminente a desempenhar.

Ella veiu, na sua modestia, alargar o nosso horizonte moral, dar-nos novas azas com que voassemos a percorrer as regiões serenas e luminosas da intelligencia, onde nos esperam tantas surpresas, tantas revelações admiraveis e formosissimas.